CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO

CURSO DE MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E VIOLÊNCIA, COM ÊNFASE EM CIÊNCIAS POLÍTICAS

João José Vianna

O DISTRITO FEDERAL E SUAS POLÍTICAS DE ESPORTE NOS CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

BRASÍLIA /DEZEMBRO/2017

João José Vianna

O DISTRITO FEDERAL E SUAS POLÍTICAS DE ESPORTE NOS CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Unieuro, como requisito parcial do Curso de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência, para obtenção do título de Mestre.

Orientador (a): Prof.(a) Drª.Iolanda Bezerra dos Santos Brandão

BRASÍLIA /DEZEMBRO/2017

FICHA CATALOGRÁFICA

João José Vianna

O DISTRITO FEDERAL E SUAS POLÍTICAS DE ESPORTE NOS CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª Iolanda Bezerra dos Santos Brandão

_____

Prof. Dr. Alessandro Oliveira da Silva

_____

Profª. Drª Lídia de Oliveira Xavier Freitas

BRASÍLIA /DEZEMBRO/2017

Dedico esta dissertação ao mundo, por mudar as coisas, por nunca deixá-las serem da mesma forma, pois assim não haveria o que pesquisar nem descobrir, muito menos inovar, neste ininterrupto trabalho de ensinar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicionais.

À minha família, porque são minha motivação.

Aos amigos e companheiros da grande equipe, pela força, vibração e determinação nesta jornada de pesquisa sobre as políticas públicas para o esporte no Distrito Federal.

Ao público entrevistado, pela concessão de informações valiosas para a realização deste estudo.

À Profa. Dra. Iolanda Bezerra, pela orientação na elaboração deste trabalho.

A todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

O esporte tem a capacidade de transformar pensamentos,
educando o jovem pelo prazer.
Elijarbas Rocha

RESUMO

Esta pesquisa problematiza, a partir da construção e implantação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos, o esporte e sua contribuição como objeto de políticas públicas no Distrito Federal. Seu objetivo é analisar a satisfação dos usuários do COP de São Sebastião quanto às políticas de esporte ali adotado: Os Centros Olímpicos e Paralímpicos em relação à política para o esporte no Distrito Federal. É uma pesquisa de caráter qualitativo, sendo um estudo de caso. Enquanto processo metodológico, para coleta de dados foi desenvolvida uma pesquisa documental e realizadas entrevistas semiestruturadas junto à população usuária dos Centros Olímpicos e Paralímpicos. Teve como referência o método de análise e avaliação de políticas sociais, proposto por Boschetti (2009). A ideia de um espaço onde se possa ter o esporte como oportunidade e com equipamentos públicos de excelência surgiu com a experiência das Vilas Olímpicas na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

Palavras chaves: Estado. Esportes. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This report is concerned whit sport and its features as object of public policy in the Federal District of Brazil since the construction and implementation of the Olympic and Paralympic Centers, the sport and its contribution as object of public policies in the Federal District. Its objective is to analyze the satisfaction of users of the São Sebastião COP regarding the sports policies adopted there: The Olympic and Paralympic Centers in relation to the politics for the sport in the Federal District. It is a qualitative research, being a case study. As a methodological process, for data collection a documentary research was developed and semi-structured interviews were carried out with the user population of the Olympic and Paralympic Centers. He had as reference the method of analysis and evaluation of social policies, proposed by Boschetti (2009). The idea of a space where you can have the sport as an opportunity and with public equipment of excellence came with the experience of the Olympic Villages in the city of Rio de Janeiro, RJ.

Keywords: State. Sports. Public Policies.

ABREVIATURAS

ACM	Associação Cristã de Moços
CND	Conselho Nacional de Desporto
COI	Comitê Olímpico Internacional
COP	Centro Olímpico e Paralímpico
DESP	Departamento de Desportos do Governo do Rio Grande do Sul
DF	Distrito Federal
DL	Decreto-Lei
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENEFD	Escola Nacional de Educação Física e Desporto
GDF	Governo do Distrito Federal
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PT – RS	Partido dos Trabalhadores – Rio Grande do Sul
RA	Regiões Administrativas
SEEL	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Dados referentes aos resultados dos questionários aplicados aos usuários do COP de São Sebastião. 58
Tabela 2. Dados descritivos e perfil da amostra. 59

Figura 1. Dispersão das respostas da Questão 5 62
Figura 2. Dispersão das respostas da Questão 6 63
Figura 3. Dispersão das respostas da Questão 7 65
Figura 4. Dispersão das respostas da Questão 8 67
Figura 5. Dispersão das respostas da Questão 9 68
Figura 6. Dispersão das respostas da Questão 10 70
Figura 7. Dispersão das respostas da Questão 11 71
Figura 8. Dispersão das respostas da Questão 12 73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO 1 18

ESTADO, CIDADANIA E ESPORTE 18

1.1 ESTADO, CIDADANIA E POLÍTICA PÚBLICA 18

1.2 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNDO 27

1.2.1 O surgimento do esporte moderno: a antiguidade, o renascimento e as práticas corporais 28

1.2.2 O esporte moderno na Inglaterra 36

1.2.3 Jogos olímpicos do mundo moderno 39

CAPÍTULO 2 433

A POLÍTICA ESPORTIVA NO BRASIL, ESPECIFICAMENTE NO DISTRITO FEDERAL- CENTRO OLÍMPICO E PARALÍMPICO DE SÃO SEBASTIÃO.....43

2.1 O USO DO ESPORTE COMO INSTRUMENTO POLÍTICO 433

2.2 O ESPORTE NA REPÚBLICA VELHA 45

2.3 O ESPORTE NA ERA VARGAS 48

2.4 O ESPORTE E O ESTADO NOVO 49

2.5 COMISSÃO NACIONAL DE DESPORTO - DECRETO LEI 3.199 51

CAPÍTULO 3 55

DISTRITO FEDERAL E OS CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS 55

3.1 DISTRITO FEDERAL E A CRIAÇÃO DOS COPS 55

3.2 MATERIAIS E MÉTODOS 577

3.3 RESULTADOS 577

3.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 62

CONCLUSÃO 755

REFERÊNCIAS 777

ANEXO I – Carta de aprovação ao Comitê de Ética e Pesquisa – CEP 87

ANEXO II – Folha de rosto da submissão para Plataforma Brasil 88

ANEXO III – Termo de Concordância da pesquisa com o GDF 89

ANEXO IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE 90

APÊNDICE I – Questionário de satisfação dos usuários do COPSS 91

INTRODUÇÃO

O Brasil, assim como grande parte dos países em desenvolvimento, possui graves problemas provenientes da situação de pobreza que afeta muitos brasileiros, gerando desigualdades sociais. Inúmeras ações e políticas são dispersas e afirmadas em prol do enfrentamento da exclusão social e da pobreza, visando diminuir essas desigualdades.

O presente trabalho pretende mostrar a importância do esporte na vida das pessoas, como um direito conquistado e como obrigação do Estado (CF88-Art. 217). A prática de esporte não é apenas um símbolo de cuidado com a saúde, mas também pode ser observada como uma ferramenta de inclusão social.

Nesse contexto, o papel do Estado é, dentre outras coisas, garantir o direito social ao esporte e à educação. A presença dos Centros Olímpicos e Paralímpicos, no Distrito Federal é um dos exemplos desse alinhamento à política nacional de esporte, a qual propõe democratizar a prática esportiva e a atividade física, contemplando crianças, adolescentes, adultos, pessoas da terceira idade e pessoas com deficiência.

Não foi possível localizar estudos que demonstrem o grau de satisfação dos usuários dos COP. Por isso, este trabalho busca mostrar como os usuários dos COP, em especial o localizado na Região Administrativa de São Sebastião, veem o trabalho ali realizado. Foram levantados, neste estudo de caso, os dados de como são tratadas e avaliadas as atividades realizadas nesta unidade.

Como esportista de basquetebol e professor, tenho tido várias e profundas experiências com o esporte, as quais me proporcionaram, ao longo do tempo, a possibilidade de estudar em escolas particulares quando jovem e de participar como atleta de três olimpíadas (1998, 2002, 2006), defendendo as cores da nossa bandeira.

Aproveitando estas oportunidades, conclui a graduação em Educação Física e trabalhei na Secretária de Esporte do GDF, participando da instalação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos. Pude, assim, conhecer de perto a realidade do esporte em sua faceta social, além das já conhecidas de alto rendimento e educacional.

Este trabalho tem como linha de pesquisa Estado, Políticas Públicas e Cidadania, da área de concentração em Direitos Humanos, Cidadania e Violência na medida em que vai discutir as políticas públicas voltadas para o esporte, fenômeno de ocorrência social e educacional.

Dessa maneira, a pesquisa busca abarcar como se processa a política pública do esporte no DF, em particular, no COP de São Sebastião e, mais ainda, como os usuários compreendem essa ação do Estado em prol do exercício de sua cidadania.

Com o desenvolvimento deste trabalho pretende-se responder ao seguinte problema: como o esporte tem se configurado como objeto de políticas públicas no DF, no caso da implantação e desenvolvimento do COP de São Sebastião? Assim temos como objetivo geral: analisar o programa COP no contexto da política esportiva do DF na Unidade de São Sebastião, a partir da inauguração desta unidade.

A hipótese apresentada é que as políticas públicas voltadas às atividades esportivas desenvolvidas pelo programa COP são eficazes no desenvolvimento esportivo junto a essa comunidade

Desse modo, foram traçados os objetivos específicos da pesquisa: a) discutir a política pública e sua formulação no Distrito Federal; b) discutir o direito ao esporte, a partir das suas diferentes dimensões na política esportiva do Brasil, focando o DF com relação ao COP de São Sebastião; c) avaliar as políticas públicas de práticas esportivas do GDF no COP de São Sebastião a partir da expectativa dos usuários.

Esta pesquisa foi apresentada e, posteriormente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos do Centro Universitário UNIEURO, com o parecer favorável n* 113/2017 em anexo.

No Distrito Federal (DF) existem vários projetos que visam à inclusão das pessoas na prática do esporte. Um desses projetos é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL) do Governo do Distrito Federal (GDF) como o Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos (COP).

No presente tema, o Distrito Federal e suas Políticas de Esporte - Centros Olímpicos e Paralímpicos, os frequentadores do Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião foi escolhida dada a importância desta relação entre o esporte e a cidadania.

O esporte é um direito social que, configurando-se como uma necessidade, é um dos elementos importantes para a construção da cidadania. No entanto, ao ser tratado como objeto de política pública, ele tem sido consolidado como um não direito, uma vez que não se pauta em políticas universais. Sendo assim, o Estado se coloca como mero coadjuvante na sua implantação.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, os artigos 22° ao 30° tratam dos direitos econômicos, sociais e culturais. No Seminário Estadual de Esporte e Lazer, realizado pelo DESP – o Departamento de Desportos do Governo do Rio Grande do Sul, a Deputada Maria do Rosário PT-RS nos diz que o artigo 22 da DUDH faz a abertura do grupo de direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis no trato da dignidade humana.

Os princípios presentes no artigo 22 da DUDH foram reafirmados através do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), juntamente com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, ambos ratificados pelo Brasil.

Já na Constituição Federal, no artigo 6^0 do Capítulo II, Dos Direitos Sociais diz que: são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição**.** Ainda segundo Maria do Rosário, entende-se o esporte e o lazer como direitos sociais assentados nos direitos fundamentais da pessoa humana e da coletividade.

Em 2011, a Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal (SESP) teve sua estrutura administrativa alterada, tendo como papel a gestão do Desporto no DF, cabendo-lhe propor e executar políticas públicas e diretrizes para o esporte. Já em 2015, por meio do Decreto nº 36.236, é criada a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEEL), diretamente subordinada ao GDF. Baseada na política pública do GDF de inclusão social por meio do esporte, a SEEL, com o programa COP, tem o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade atendida nas cidades do DF.

Assim, este trabalho de pesquisa terá como recorte espacial o GDF, particularmente nos espaços dos COP, especificamente a unidade de São Sebastião, com enfoque na política pública de criação e manutenção dos referidos espaços.

No DF se observa hoje o esporte na agenda da mídia. De um lado, há uma preocupação com a organização dos megaeventos esportivos que tiveram e terão Brasília como uma das sedes e, por outro, surgem na agenda esportiva do DF os COP, que passaram a ocupar um espaço significativo na vida de diversas pessoas da capital federal.

Por isso, será pesquisada a implantação, assim como o desenvolvimento da política dos COP no DF, visto que, olhar com esta perspectiva a implantação será essencial para se perceber como se processou a relação entre o Estado e a população diretamente assistida na sua gênese e que reflexos tiveram no quadro atual. Isto porque, ao longo do tempo, a política dos COP foi se modificando, especialmente na relação supracitada, fazendo surgir novos atores nesse novo cenário. Dessa forma, buscar-se-á compreender esse movimento.

A tradição metodológica a que essa pesquisa se vincula é a empirista−indutiva, que vai da parte ao todo, isto é, do particular ao geral (LOCKE, 2012).

Uma das técnicas a serem utilizadas será o trabalho de campo, através de visitas para observação e monitoramento das atividades desenvolvidas no COP de São Sebastião, com levantamentos de dados, objetivando avaliar o nível de satisfação/insatisfação dos atendimentos à população que utiliza das instalações e atividades ali desenvolvidas. Serão executadas entrevistas semiestruturadas, partindo o método de Likert, que nos permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do entrevistado.

Assim, este estudo se configura como pesquisa quanti-qualitativa sobre a política pública de esporte no DF, tendo como foco o COP de São Sebastião; enquadra-se, portanto, como um estudo de caso, dado que será objeto de estudos profundos (TRIVIÑOS, 1987). A unidade de análise é a SEEL do DF.

Quanto à estrutura textual, este trabalho orienta-se em três capítulos, apresentados individualmente de forma sumária.

No capítulo I, discutem-se os conceitos de Estado, Política Pública, Cidadania e Esporte. Essa primeira discussão será base para que se possa analisar o esporte e seu surgimento como atividade física até as olimpíadas modernas. Para tanto, faremos uso dos seguintes autores para o embasamento teórico: Locke, Rousseau, Dallari, Ferreira, dentre outros.

No capítulo II, estuda-se a política esportiva do Brasil, focando o DF com

relação ao COP de São Sebastião, seguindo as análises realizadas pelos seguintes autores: Melo, Bracht, Marinho, Santos, Schneider, e outros, para podermos embasar a nossa discussão.

No capítulo III, é feita uma análise das Políticas Públicas de esporte no Distrito Federal – COP (unidade de São Sebastião) a partir de questões levantadas sobre o desenvolvimento das atividades esportivas e as considerações frente às expectativas dos usuários.

Para embasamento teórico teremos os seguintes autores: Azevedo e Barros, Peters, Dalalari, Teixeira dentre outros.

Como metodologia, foi utilizado um questionário composto por 12 (doze) questões (Anexos), passando por fase de total satisfação até a incompleta satisfação com a pergunta a ser respondida, caracterizando o estudo como Descritivo e Quantitativo. A análise dos questionários será realizada conforme instrumento do método de Likert, além dos diálogos teóricos com os autores citados.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Euro Americano, parecer 113/2017 (Anexos). Para a análise estatística dos dados resultantes da presente dissertação, utilizou-se o pacote estatístico SPSS versão 24.0.

CAPÍTULO 1
ESTADO, CIDADANIA E ESPORTE

Este primeiro capítulo tem por objetivo discutir conceitos vinculados a Estado, Cidadania, Política Pública e Esporte. A partir da compreensão desses elementos, será possível fazer uma análise específica do esporte como uma política social voltada a atender as demandas da sociedade por esporte, especificamente, o trabalho desenvolvido no COP da comunidade de São Sebastião, no Distrito Federal, objeto de nossa pesquisa.

Portanto, é de suma importância compreender o Estado, o processo de estabelecimento de normas e regras que levem à cidadania e, dentre elas as ações e afirmações em que, por intermédio de Políticas Públicas do Esporte, se perceba a presença do Estado.

1.1. ESTADO, CIDADANIA E POLÍTICA PÚBLICA

Investigar a origem das instituições colabora na compreensão do processo de construção social erguido a partir das demandas que surgem conforme a sociedade fica mais complexa e, por conseguinte, mais exigente, o que contribui para o fortalecimento de ações que vão ao encontro dessas exigências e necessidades.

Não é sem interesse investigar a origem de determinadas instituições, mormente daquelas que muito pesam na ordem jurídica. E a relevância de tal fato acresce quando se considera que esse retorno às origens relembra ideias fundamentais que no dia-a-dia podem passar despercebidas (FERREIRA, 1987).

Maquiavel fala sobre o conceito de Estado: “Todos os Estados, todos os governos que tiveram ou têm autoridades sobre os homens, foram e são repúblicas ou principados” (MAQUIAVEL, 2004, p.10).

No Estado, segundo Maquiavel (2004), o príncipe seria o pai do Estado. Estando este ameaçado de dissolução, torna-se o agente de transição nesta situação e, assim, após a sociedade encontrar harmonia, o poder político cumpriu sua função e está preparado para as consequências.

Outros autores divergem sobre as origens e surgimento do Estado. Dallari fala sobre a existência de basicamente três teorias a respeito da época do surgimento do Estado. Primeira, o Estado e a sociedade sempre teriam existido, observando que o Estado seria um organismo social provido de poder e autoridade para determinar o comportamento do grupo como um todo (DALLARI, 2003).

Segundo, que a sociedade humana teria vivido inicialmente sem o Estado, tendo este sido organizado gradual e localmente para atender as necessidades dos grupos sociais (DALLARI, 2003).

E como terceira teoria, pode se falar em Estado unicamente como uma sociedade política dotada de características definidas, como conceitos históricos concretos, com a prática e a ideia de soberania, o que veio ocorrer somente no século XVII (DALLARI, 2003).

Destaca-se que a soberania do Estado se encontra em fase de questionamento e mudança diante dos novos fenômenos que envolvem o relacionamento entre os Estados soberanos. Canotilho (2000) atesta:

> O Estado, tal como acaba de ser caracterizado, corresponde, no essencial, ao modelo de Estado emergente da Paz de *Westfália* (1648). Este modelo, assente, basicamente, na ideia de unidade política soberana do Estado, está hoje relativamente em crise como resultado dos fenômenos da globalização, da internacionalização e da integração interestatal (CANOTILHO, 2000, p.19).

Na prática antiga não houve a ideia de um poder supremo, soberano, embasado em si e por si mesmo, sem lei que o vinculasse à base social; ou seja, um poder *solutus a legibus* (BARROS, 2003).

Estado como conceito moderno fundamenta-se sobre quatro elementos básicos: o território, a soberania, o povo e a finalidade. Estado é definido como a ordem jurídica soberana que tem por finalidade o bem comum do povo situado em um território determinado (DALLARI, 2003).

Em "Dois tratados sobre o Governo” Locke (1998) nos fala que o Estado é um corpo político único, dotado de legislação e de força concentrada da comunidade para preservar a propriedade e proteger os indivíduos dos perigos internos e das invasões estrangeiras (LOCKE, 1998).

Campos (2004, pg. 01-02) ao citar John Locke, defensor do individualismo liberal, nos diz que quando os homens renunciam às liberdades do poder pessoal presentes no estado de natureza, por viverem em circunstâncias ameaçadoras, inseguras e perigosas. O governo não é absoluto ele deve ser submisso à lei. “O objetivo grande e principal, portanto, da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade” (Locke, 2012, p.99), e segue nos dizendo que “O governo é uma espécie de custódia estabelecida por indivíduos que se juntaram para formar uma sociedade, cujo sentido é garantir a ordem e proteger a propriedade”. Ainda segundo John Locke, governo não é absoluto, ele deve ser submisso à lei. Nessa perspectiva podemos considerar uma possibilidade, mesmo que mínima, de controle do cidadão-proprietário sobre o governo.

Para Hobbes, é através de um contrato que o Estado determinava as regras de dependência política e de convivência social. Sem esse contrato, os homens viveriam sem poder e sem organização. O Estado é uma organização da sociedade e com a sua concretização, os cidadãos passam a ser donos de sua liberdade, assim como das propriedades. Desta forma, o Estado surge como consequência da força dos indivíduos, por acordo e autorização e como poder político para preservar suas vidas. Neste sentido Hobbes externa:

> Diz-se que um Estado foi instituído quando uma multidão de homens concorda e pactua, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem e assembleia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos, sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra deverão autorizar todos os atos e decisões (HOBBES, 1986, p.107).

Segundo Kelsen, Estado é permanente, porquanto a personalidade jurídica é a expressão da unidade de uma normatividade jurídica, ou seja, uma comunidade que é constituída por uma ordem normativa que institui órgãos, funcionando segundo o princípio da divisão do trabalho; órgãos esses que são providos na sua função mediata ou imediatamente. Assim também o Estado pode ser olhado como estando subordinado à ordem jurídica internacional que, tratando-o como uma pessoa jurídica, lhe impõe deveres e conferem direitos (KELSEN, 1979, p.390).

Nesse modelo o Estado configura-se como uma organização de caráter político que visa não só a manutenção e coesão, mas a regulamentação da força em uma formação social determinada. Esta força está alicerçada, por sua vez, em uma ordem coercitiva, tipificada pela incidência jurídica. O Estado legitima seu poder pela segurança e pela validade oferecida pelo Direito, que, por sua vez, adquire força no respaldo proporcionado pelo Estado (DUVERGER, 1981).

Rousseau (2000) define Estado da seguinte forma:

> Imediatamente, em lugar da pessoa particular de cada contratante, esse ato de associação produz um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia, o qual desse mesmo ato recebe a sua unidade, o Eu comum, sua vida, é vontade. A pessoa pública, formada assim pela união de todas as outras, tomava noutro tempo o nome de cidade, e hoje se chama república, ou corpo político, o qual é por seus membros chamado Estado quando é passivo, soberano se ativo, poder se o comparam a seus iguais (ROUSSEAU,2000, p. 33-34).

Rousseau vai defender um contrato social dos indivíduos para que os mesmos tenham proteção nas suas particularidades.

Quando se fala de cidadania pode-se dizer que é a prática dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país do indivíduo enquanto pessoa em relação a um Estado. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar paralelos, uma vez que o direito de um cidadão implica necessariamente numa obrigação de outro cidadão.

Dentro da ótica deste estudo busca-se estabelecer que o COP como um direito do cidadão, direito ao esporte e esse de qualidade, como uma garantia dada pela Constituição Brasileira.

Sobre o conceito de cidadania, Reis (2009) aborda uma reflexão que será dividida em três partes. A primeira aborda a relação particular entre história e teoria, entre o particular e o genérico, dando conta das raízes históricas comuns às diversas visões teórico-analíticas no tratamento da noção de cidadania.

A segunda parte aborda o papel que o conceito de cidadania desempenha dentro da teoria social e da teoria política. Isto é, partindo da formulação clássica de Marshall, pretende-se dar uma nova visão das principais controvérsias e as principais perspectivas teóricas que nos dá o conceito.

A pesquisa ora realizada busca justamente compreender como os usuários do COP de São Sebastião exercem seu direito à cidadania, ocupando os espaços deste COP na perspectiva de ir ao encontro das Políticas Públicas do DF.

Por fim, a terceira parte consiste numa rápida abordagem nas dimensões contemporâneas desse conceito, colocando as principais questões organizadas em torno da noção de cidadania hoje.

O termo cidadania é geralmente ligado à ideia de privilégio que é dado a um indivíduo vinculado a um determinado Estado e por expressar um somatório de direitos que autorizam essa pessoa a participar do governo e da vida de seu povo.

Segundo Dallari (1998):

> A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998, p. 14).

Esta qualidade, entretanto, não pode ser abreviada a um ser titular de direitos, mas também, soma-se à ideia de indivíduo participativo, atuante, para mudar o destino do seu país e seu próprio, sentindo-se ligado às obrigações decorrentes desta cidadania, inclusive, devido a um sentimento de solidariedade característico daqueles que se reúnem em grupo e formam a sociedade (DALLARI, 2003).

Pedro Demo, citado por Silveira (2000, p.85), define cidadania como “a raiz dos direitos humanos”, sendo a falta de cidadania suprida pela tutela e assistência exercida pelo Estado sobre os cidadãos.

Demo (1992, p.30) corrobora dizendo que cidadania “é um processo de conquista popular através do qual o indivíduo adquire progressivamente, condições de se tornar sujeito histórico, consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar projeto próprio”.

Para José Murilo de Carvalho, o conceito de cidadania é o de se sentir parte de uma nação e de um Estado e é condição fundamental para a construção da cidadania: “Isto quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação . As pessoas se tornavam cidadãs à

medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado" (CARVALHO, 2002, p.12).

Cidadania plena implica que os direitos e deveres estão interligados, e o respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada e justa.

Praticar a cidadania é ter noção de suas obrigações e deveres, garantindo que estes sejam exercidos em sua totalidade. A cidadania é estar em acordo com as disposições constitucionais.

Dessa maneira, preparar o indivíduo para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação, de políticas voltadas para o esporte de um país.

> A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes aos *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida (MARSHALL, 1967, p. 76).

No mesmo sentido, sociedades diferentes conferem direitos e deveres variados aos seus cidadãos, assim como ao entendimento sobre igualdade. Barbalet (1989, p. 11) diz que cidadania: "Define os que são e os que não são membros de uma sociedade comum". Contudo, a cidadania é fruto de um desenvolvimento sócio histórico, posto que "[...] não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração" (COUTINHO, 2005, p.2). Com essa visão, Coutinho (2005) mostra um conceito de cidadania mais profunda que a mostrada por Marshall (1967) e Barbalet (1989):

> Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 2005, p.2).

De tal forma que, Marshall (1967) pesquisou o desenvolvimento da cidadania Inglaterra, mostrando o surgimento dos direitos: civil, político e social. Nesta visão os direitos civis são formados por “[...] direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça” (MARSHALL, 1967, p. 63).

Por direitos políticos “[...] se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo” (MARSHALL, 1967, p. 63).

Já os direitos sociais declaram “[...] a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Política é uma palavra originada do grego e tem o significado de limite. Polis era o nome dado ao muro que dividia a cidade do campo; mais tarde passou-se a designar polis o que estava contido nos limites internos do muro. Trazer esse significado de limite ajuda-nos a entender o significado verdadeiro da política, que é a arte de definir os limites, ou seja, o que é o bem comum (GONÇALVES, 2002, p. 64).

Quanto às definições de política pública, podemos iniciar pela de Mead (1995) que a inscreve no campo do estudo que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz?

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso

dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

> "Políticas Públicas" são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as "não ações", as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p. 10).

De uma forma mais ampla, políticas públicas são orientações, princípios que dão a direção das ações da administração pública, procedimentos entre sociedade e sua administração, mediações entre diferentes personagens da sociedade e do Estado. Quando são ações que envolvem aplicações de dinheiro público, são políticas explicitadas, formuladas em documentos, tais como programas, leis, linhas de financiamentos, assim como sistematizadas.

Devem ser consideradas também as omissões, as "não-ações", como formas de desejos de políticas, pois representam manifestações e orientações dos que estão ocupando cargos públicos. Como e por que surgiu a área de políticas públicas? Compreender a origem de uma área do conhecimento é importante para compreender melhor sua trajetória, perspectivas e desdobramentos.

Como área de conhecimento e disciplina acadêmica, política pública nasce nos EUA, saltando etapas seguidas pela tradição na Europa em estudos e pesquisas nessa área, que focavam mais na análise sobre o Estado e suas organizações do que na produção dos mesmos. Na Europa, a área de política pública surge como um desdobramento dos trabalhos com base em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das importantes instituições do Estado, que é o governo, produtor de políticas públicas por excelência. Nos Estados Unidos, a área aparece no mundo acadêmico sem demonstrar relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, indo de forma direta para a ênfase nos

estudos sobre a ação dos governos. Na área de políticas públicas temos quatro grandes “pais” precursores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton (SOUZA, 2003).

Na década de 1930, Laswell (1936) apresenta a expressão policy analysis (análise de política pública), conciliando conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e ainda como forma de estabelecer um canal de diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Já Simon (1957) mostra o conceito de racionalidade limitada dos chamados decisores públicos (policy makers), mostrando que a limitação da racionalidade poderia ser mitigada pelo saber racional. Para Simon, essa racionalidade é limitada por transtornos como, por exemplo, informação incompleta e tempo para a tomada de decisão, mas a racionalidade pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados esperados, inclusive impedindo a busca de interesses próprios.

Lindblom (1959) questiona o racionalismo de Laswell e Simon e apresenta a junção de outras variáveis à análise e formulação de políticas públicas, a exemplo das relações de poder e a relação entre as fases diferentes do processo que decide o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí o porquê de as políticas públicas precisarem incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise, além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir política pública como uma relação entre formulação, resultados e ambiente, ou seja, um sistema. De acordo com Easton, políticas públicas recebem informações da mídia, dos partidos e dos grupos de interesse, que interferem em seus resultados e efeitos.

Entender o percurso da construção e solidificação do Estado, do estabelecimento de ações voltadas aos interesses dos cidadãos e cidadãs que fazem parte constitutiva desse Estado, a partir das ações e empreendimentos desenvolvidos pelas Políticas Públicas, orienta a presente pesquisa em sua meta de compreender em que medida essas ações vão atender as demandas dos membros de uma sociedade.

Nesse caso, essa pesquisa procura justamente compreender como as ações empreendidas pelo COP, no sentido de eficácia das Políticas Públicas de Esporte,

vão ao encontro dos interesses e necessidades da comunidade de São Sebastião, no Distrito Federal.

É necessário compreendermos, de forma resumida, o desenvolvimento do esporte como atividade da vida privada e pública, tornando-se um agente fomentador de diversas interações humanas e de unicidade de Estados e governos.

1.2 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNDO

Nesse momento do trabalho passa-se a discutir o conceito de desporto ou esporte, sua construção histórica e os fundamentos legais que tornaram sua prática. Percebe-se assim o movimento de proteção do Estado, por intermédio de políticas públicas voltadas à aplicação das atividades esportivas.

Nesse estudo, inicialmente, será utilizada a contribuição de Lira Filho, pesquisador sobre o desenvolvimento e a história do esporte no Brasil e no Mundo, bem como a contribuição de Barbanti, Azevedo e Barros, e de Bourdieu, dentre outros autores que colaboraram no desenvolvimento teórico.

No Brasil, o uso predominantemente é da palavra esporte. Quem primeiro discute a distinção entre desporte ou esporte é Lyra Filho (1973), relatando que na França era designado como *desport*, cujo significado é prazer, descanso, recreio etc. Essa nomenclatura mudou para *sport*, também sendo utilizada, com suas respectivas variações, por outros países europeus como os ingleses (*sports)*, espanhóis (*deporte*), italianos (*deport)* e portugueses (desporto). Lyra Filho (1973) preferiu o arcaísmo e ficou com desporto. Esse termo, entretanto, é mais utilizado nas leis, decretos e na Constituição Federal de 1988, enquanto a palavra esporte tem sido utilizada de modo geral pelas instituições esportivas e pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente nas práticas esportivas amadoras ou profissionais. Por uma opção metodológica utilizaremos nessa pesquisa a palavra esporte.

Barbanti (2006, p.32) define esporte como “uma atividade competitiva institucionalizada, que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos”.

Segundo Helal (1990), o esporte é uma prática social institucionalizada, e, além de uma arte, uma oportunidade de dedicação ocupacional e profissional. Deste

modo, não pensemos no esporte apenas como ferramenta para se atingir outros fins socialmente importantes (como a noção de moral, respeito, amizade, solidariedade e competição honesta e justa, dentre outros), mas pensado também como fim nele mesmo (isto é, como profissão e proposta de vida).

Tubino (1993) diz que o esporte é considerado um dos fenômenos socioculturais mais importantes do final do século XX, podendo perceber o grande número de praticantes e um maior espaço dedicado ao esporte na mídia nacional e internacional.

Por outro lado, para Azevedo e Barros (2004) as atividades esportivas têm um forte apelo ao processo de inclusão social, considerando que esporte se apresenta como um dos requisitos indispensáveis para que o indivíduo possa atingir a dimensão total de inclusão social. Comprova-se por ser um instrumento simples e eficiente que contribui para que a pessoa pertença ou tome parte na sociedade.

Por isso, compreender como o Estado faz uso do Esporte como uma ação pertinente ao desenvolvimento da cidadania é um dos fatores de interesse dessa pesquisa e, mais ainda, entender como os usuários dos espaços de vivência esportiva compreendem essa ação.

É importante entender como e de onde o esporte surgiu, seus passos no tempo e como ele se tornou importante na formação da nossa sociedade.

1.2.1 O surgimento do esporte moderno: a antiguidade, o renascimento e as práticas corporais

As práticas corporais foram, dentre outros fatores, um elemento decisivo na consolidação da socialização e desenvolvimento humanos ao longo da história. Da necessidade de consolidação de práticas corporais coletivas nasce, consequentemente, a criação e o desenvolvimento de regras a serem seguidas, evitando conflitos e impasses.

Uma volta ao passado histórico nos dará uma compreensão melhor dos seus muitos aspectos, da Educação Física interagindo com as várias manifestações da cultura do homem.

No tempo que denominamos de pré-história, todas as atividades humanas dependiam do movimento, do ato físico. Seja nos aspectos econômicos, políticos ou sociais, ao analisar a cultura primitiva, vemos a importância das atividades físicas

para aqueles que viviam nas cavernas (OLIVEIRA, 1943).

Marinho (1984), reportando-se aos estádios filosóficos das atividades físicas do homem pré-histórico, afirma:

> [...] O homem pré-histórico, em contacto com a natureza, não poderia deixar de ter uma filosofia de vida inteiramente naturalista. Ele era um animal com atividade própria e que, em conseqüência, tinha de, valendo-se de suas faculdades naturais, sobreviver. O homem marchava, mas os outros animais também marchavam. O homem corria, mas os outros animais também corriam. O homem saltava, transportava, lutava, mas isto todos os animais também faziam. Mas havia uma faculdade que lhe era própria, que lhe era específica e a qual, sobretudo, se deve ter o homem conseguido sobreviver. Ele podia realizar um gesto que os outros animais não realizavam. A esse gesto, atávico, deve-se a sobrevivência do homem. O homem podia atirar objetos e, com essa faculdade, atingir seus inimigos ou as feras, antes de entrar em luta corpo a corpo (MARINHO, 1984, p.19).

Por ser nômade e para sobreviver, o homem dependia de sua velocidade, resistência e força. As migrações constantes em busca de caça faziam com que ele realizasse longas caminhadas nas quais corria, saltava, nadava e, claro, lutava. No aspecto psicomotor, com o domínio de um gesto que lhe era próprio, que era a capacidade de atirar objetos, veio a supremacia no reino animal. Além dos primatas, era o único que possuía o polegar e desenvolveu a apreensão, facilitando o aperfeiçoamento da habilidade de lançar.

Segundo Oliveira (1943), a partir do instante em que o homem se sedentarizou, pode-se registrar o início da luta pela posse de terras. Essa luta ocorria do choque entre os grupos ainda nômades e os que já plantavam e criavam animais. No início os agressores obtinham vitórias, pois possuíam maior vigor físico devido a atividade física mais intensa, mas logo, com a criação de novos assentamentos, começaram a se preparar nos momentos de ócio com treinamentos, a fim de resistir a futuros ataques.

Ainda segundo Oliveira (1943), uma das atividades físicas mais significativas para o homem antigo foi a dança. Utilizada como forma de exibir suas qualidades físicas e de expressar os seus sentimentos, era praticada por todos os povos desde o paleolítico superior (60.000 a.C). A dança primitiva podia ter características lúdicas como também um caráter ritualístico (alegria pela caça e pesca feliz ou a dramatização como os nascimentos e funerais).

Quanto mais o homem entra num estágio definitivo de sedentarização, mais tempo livre das obrigações do trabalho ele tem, levando ao surgimento de uma concepção esportiva para as atividades que, até então, eram praticadas apenas por razões utilitárias, guerreiras ou ritualísticas. Oliveira (1943) relata que

> Os jogos implicavam criar uma ordem moral e social. A sociabilidade inerente às atividades lúdicas levava ao aparecimento de uma hierarquia de valores ético sociais, e tanto os vencedores como os vencidos deveriam aceitar os resultados com esportividade (OLIVEIRA, 1943, p. 8).

Fazendo-se um paralelo entre o que nos fala Oliveira e o trabalho desenvolvido no COP de São Sebastião, tem-se o que se busca em termos de trabalho junto a essa comunidade.

Os chineses racionalizaram o movimento humano, dando-lhe uma dimensão médica muito forte. A China talvez seja a possuidora da mais antiga história do esporte e, seguramente, foi a que mais influência teve no Extremo Oriente. Nesta fase da história da humanidade outros povos se destacaram pela formação guerreira que era dada aos seus cidadãos. Os Egípcios, considerados por muitos historiadores como a mais antiga civilização, além de sua incomparável arte nos deixa imagens em murais nos seus templos de numerosas batalhas e lutas pela independência contra os hicsos, povo asiático que os dominou.

A civilização grega marcou e desenvolveu a atividade física através da sua cultura. Sócrates, Platão, Aristóteles e Hipócrates foram nomes que muito contribuíram para a Pedagogia e atividades físicas. Os três últimos dando-lhes conceitos aceitos na conexão corpo e alma através da música, enquanto Sócrates o fazia por meio de atividades corporais.

Uma nova fase, agora no mundo ocidental, vem com a civilização grega. Marrou (1973) nos fala que a educação arcaica, clássica grega, dado os épicos Ilíada e mais tarde Odisséia, clássicos da literatura. É o descobrimento do valor humano, da sua individualidade e o início autêntico da história da Educação Física. Para Rubio (2002 p. 131) “é conhecida a extensão da influência da cultura grega, principalmente para o Ocidente, que forneceu os fundamentos de nossa civilização.”

Na Grécia Antiga, as atividades atléticas e ginásticas faziam parte do ideal

grego de formação integral do homem. O esporte não era para os gregos apenas um divertimento apreciado, era algo de muito sério, que se relacionava com todo um conjunto de preocupações médicas e higiênicas, estéticas e éticas a um só tempo (MARROU, 1973).

Além de possuir valores morais e pedagógicos, o Esporte era utilizado como preparação militar para os jovens. Aos gregos devemos a máxima: Não há educação sem esporte, não há beleza sem esporte; apenas o homem educado fisicamente é verdadeiramente educado e, portanto, belo (RUBIO, 2002).

Com a assinatura em 884 a.C de um tratado de paz entre os reis das cidades-estados de Esparta, Elis e Pisa tem início os Jogos Olímpicos da Grécia Antiga, que tinham caráter religioso e eram realizados em Olímpia, perto do templo de Zeus, em honra ao deus supremo dos gregos (BOGA, 1964).

A cada quarto anos havia uma trégua sagrada nas guerras e conflitos para que os gregos pudessem participar dos jogos. Durante doze séculos os Jogos Olímpicos foram disputados e essa trégua durante a realização dos Jogos Olímpicos simbolizava uma espécie do contrato entre os reis das cidades-estados e dava um sentido de identidade aos gregos.

Segundo Rubio (2002, p.132), a importância dos Jogos era muito grande

> Os Jogos Olímpicos marcaram de tal forma o modo de vida grego que durante sua realização era decretada a trégua, ou seja, três meses antes do início desse acontecimento eram suspensas todas as guerras, os soldados eram proibidos de pegar em armas ou participar de conflitos armados, mesmo contra povos invasores, para que atletas e espectadores pudessem chegar a Olímpia sem sofrer qualquer tipo de ataque (RUBIO, 2002, p.132).

Em 394 d.C., o imperador Romano Teodósio I proíbe todas as festas ditas pagãs ao se converter ao catolicismo, incluindo os Jogos Olímpicos. Sobre Roma, Oliveira (1943) nos relata que “os romanos, já sob a influência grega, também edificaram os seus estádios. Estes, que foram o principal cenário dos Jogos Olímpicos, não desfrutaram a mesma grandeza em terras romanas. Na verdade foram conhecidos juntamente com a introdução do esporte helênico em Roma (186 a.C.) e estavam destinados às competições atléticas e às lutas. Os romanos

copiaram, porém, um modelo já decadente, sendo levados a uma prática deformada. Não perceberam que a grandeza do esporte não estava na sua simples prática, mas sim no espírito que a animava”.

A Idade Média começa com a divisão do Império Romano (395) por Teodósio I – Imperador que, dois anos antes, proibira os Jogos Olímpicos.

Podemos analisar a Idade Média de forma mais clara com uma divisão em dois períodos. O primeiro (Alta Idade Média) vai até o século X, marcado por um profundo obscurantismo cultural, oriundo de uma Roma decadente e de invasões dos povos bárbaros. O segundo (Baixa Idade Média) tem início no século XI indo até o século XV.

A Educação Física recebeu uma atenção especial na preparação dos cavaleiros. Sendo uma instituição militar, a Cavalaria era destinada a uma minoria (aristocrática) para proteção aos proprietários de terra. Os cavaleiros recebiam um treinamento no qual o xadrez era a única prática intelectual, havendo muitos deles que não sabiam ler nem escrever.

Até a Europa do século XVIII, entretanto, há registros de atividades, em diversas partes, durante a Idade Média que podem ser consideradas como esportivas.

Nas últimas décadas do século XVIII e em especial e no século XIX a educação física e o esporte experimentaram um grande desenvolvimento no sentido de sua institucionalização e sistematização como forma de educação no mundo ocidental. A Europa foi o cerne deste desenvolvimento em que ocorreram os sistemas ginásticos, se espalhando para todo o mundo, juntamente com o movimento esportivo iniciado na Inglaterra. Processo este que se deu num momento histórico de mudanças grandes econômicas, políticas, e sociais, e junto com elas, ocorrendo também a influência do novo pensamento pedagógico do século XVIII, com o surgimento dos educadores naturalistas e filantrópicos. Para Luzuriaga (1979, p. 180) "todo século XIX foi um contínuo esforço por efetivar a educação do ponto de vista nacional", o que é bastante coerente com o momento político de afirmação dos Estados Nacionais que vivia a Europa.

A outra corrente que influenciou a educação física foi a nacionalista, que buscava métodos de atividades físicas que contribuíssem para a melhoria da aptidão física da Nação. Entre os fundadores dos Sistemas ou Métodos Ginásticos estão a Alemanha, Suécia, Dinamarca e a França, países que sofreram derrotas militares.

A história da elaboração e institucionalização dos chamados "sistemas ginásticos" confunde-se com a própria história do nacionalismo europeu e do militarismo presentes nos séculos XVIII e XIX. A história da elaboração e institucionalização desses sistemas originários da Alemanha, Dinamarca, Suécia e França, vincula-se aos processos da afirmação da nacionalidade nestes países e à constante preocupação de preparação para guerra. Alguns autores, como Marinho (s.d.a.) e Ramos (1982) rotularam de “doutrinários” os movimentos de Educação Física surgidos naqueles países.

Johann Bernhard Basedow criou a escola *Philanthropinum* em 1774 dando origem ao movimento ginástico alemão. Basedow foi influenciado pelas ideias educacionais de Rousseau, que dava grande importância à saúde e à educação física, e sua escola iniciou o primeiro programa moderno de Educação Física (VAN DALEN & BENNET, 1971).

Este programa compreendia corridas, saltos, arremessos e lutas, todas as atividades parecidas às que se praticavam na Grécia Antiga: natação; arco e flecha; marchas; jogos de peteca, de bola, de pinos e pelota, excursões no campo, caminhada e transporte de sacolas com bastante areia (MARINHO, s.d.a; VAN DALEN & BENNET, 1971).

Quatro anos após (1778) foi fundado um instituto educacional semelhante ao criado por Basedow, com idéias educacionais naturalistas, onde Cristoph Friedrich GutsMuths (1759-1839), em suas aulas de ginástica, experimentou atividades e implementos novos, elaborando um sistema de trabalho que ficou conhecido como "ginástica natural" ou "método natural". Dividiu as atividades em três classes: exercícios ginásticos, trabalhos manuais e jogos sociais (VAN DALEN & BENNET, 1971).

Com Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852) as relações entre a Educação Física e o nacionalismo atingiram o seu auge na Alemanha como nação. Para isso, defendia uma educação popular, nacional e promovida pelo Estado (LUZURIAGA, 1979).

Segundo Roberts (1973), Jahn tomou como ponto de partida o plano de Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), autor dos Discursos Nação Alemã (1807-1808) para a educação nacional, no qual a educação física tinha papel importante, e criou o movimento denominado de *Turnen,* que atingiu grande popularidade na Alemanha no século XIX, mantendo-se até nossos dias. Jahn absorveu as ideias nacionalistas,

e durante o domínio francês da Prússia escreveu a obra "A Nacionalidade Alemã", na qual manifesta o seu "intenso desejo de ver a Alemanha unificada numa nação forte, capaz de livrar-se do odiado jugo estrangeiro" (LEONARD, 1973, p. 89).

Para Jahn, citado por Mclntosh (1975):

> Só quando todos os homens em idade militar se tenham tornado capazes, através da educação física, de pegar em armas; quando se tenham tornado prontos para combate, através de um treino prático intenso, prontos para entrar em novas espécies de jogos de guerra e sempre alerta, por amor da Pátria - só então se poderá dizer de um povo que está militarmente preparado (MCLNTOSH, 1975, p.79-80).

Após a derrota e expulsão dos franceses e com o sentimento patriótico em alta, o governo alemão, temendo os movimentos de massa liderados por Jahn, o prendeu, em 1819, acusando-o de traição.

Nas escolas alemãs, a Educação Física foi introduzida na forma do sistema ginástico de Adolph Spiess (1810-1858). Em 1842, o governo alemão reconheceu oficialmente a Educação Física como uma função do Estado, e após o fracasso em introduzir a ginástica de Jahn, Spiess foi convidado a implantar o seu sistema.

Segundo Van Dalen e Bennet (1971) Spiess teve sucesso em introduzir a Educação Física nas escolas alemãs porque seus objetivos compatibilizavam com a política e filosofia educacional da época.

Em 1814, a Dinamarca envolveu-se nas Guerras Napoleônicas, perdeu territórios e entrou numa crise econômica que perdurou até 1820.

Nesta época, Franz Nachtegall (1777-1847) liderou o movimento que levou à consolidação da Educação Física dinamarquesa. Em 1798, influenciado por GutsMuths, organizou um clube de ginástica e passou a dar aulas numa escola privada que seguia a linha de Basedow. Neste mesmo ano, Nachtegall abriu um ginásio particular, a primeira instituição do gênero fundada na Europa moderna. Seu sistema ginástico fez grande sucesso e atingiu o meio militar (BETTI, 1991).

O Instituto Militar de Ginástica foi criado em 1804, em Copenhague, sendo Nechtegall seu primeiro diretor. Passaram a ser aceitos civis nos cursos do Instituto, que acabou por tornar-se uma escola de preparação para professores de ginástica para as escolas em geral. A Dinamarca tornou-se o primeiro país europeu a

introduzir a Educação Física como uma matéria escolar, promovendo cursos de treinamento de professores e editando manuais para instrutores (LEONARD, 1973; VAN DALEN & BENNET, 1971). Segundo Van Dalen e Bennet (1971), a Educação Física na Dinamarca, assim como em outros países europeus durante o século XIX, foi dominada pelo nacionalismo, sendo seus principais objetivos o desenvolvimento da competência militar e do patriotismo.

Depois de perder a terça parte do seu território após a conquista da Finlândia pelos Russos, a decadência do império sueco desencadeou uma onda de patriotismo. Como na Alemanha após as derrotas para a França, o povo mobilizou-se no desejo de reconstruir o prestígio nacional.

Per Henrik Ling (1776-1839) começava nesse tempo seu movimento pela Educação Física nas universidades suecas e na Dinamarca, onde esteve entre 1799 e 1804.

Segundo Van Dalen e Bennet (1971), quando a Suécia perdeu a Finlândia, Ling foi atingido por um forte patriotismo e passou a utilizar a ginástica e a literatura com o propósito de instigar força e coragem no enfraquecido povo sueco.

Ao retornar à Suécia em 1804, após lecionar em universidades suecas e dinamarquesas onde conheceu o trabalho desenvolvido por Nachtegall em seu ginásio particular, tornou-se professor de esgrima e conferencista em literatura e história na Universidade de Lund, e logo conseguiu autorização para introduzir a ginástica e a natação no currículo.

Ling recomenda ao governo sueco a fundação de uma escola nacional de ginástica parecida ao Instituto Militar de Ginástica de Copenhague. De acordo com Van Dalen e Bennet (1971), o patriotismo do momento e o fracasso da guerra contra a Rússia incentivaram o Rei a criar, em 1813, o Real Instituto Central de Ginástica.

O sistema de ginástica criado por Ling expandiu-se dentro e fora da Europa. Estudioso que era de anatomia e fisiologia, seu objetivo era o de desenvolver o corpo através de movimentos selecionados cuidadosamente, e para isso dividiu a ginástica em quatro direções: militar, médica, pedagógica e estética.

Já na França, o movimento ginástico somente ocorre depois da fase das guerras napoleônicas e sua derrota em 1815, e da proclamação da República (1848). Francisco Amoris (1770-1848), militar espanhol, após ter lutado nas tropas napoleônicas refugia-se na França e abre um ginásio em uma escola particular

francesa. Em 1820, recebe do governo francês apoio para fundar o Ginásio Normal Militar e Civil de Ginástica.

Segundo Roberts (1973), Amoros estava fortemente embebido da tradição militar e guiou seu trabalho na direção de aumentar as competências militares da juventude. Criou o primeiro programa ginástico francês utilizando ideias de Pestalozzi, sem deixar de ser original, empregando aros, escada de cordas, uma máquina para testar força e o trapézio. Por alguns anos o sistema de Amoros foi utilizado no exército e nas escolas. O movimento Ginástico na França seria consolidado somente em 1852, data da fundação da Escola Militar de Ginástica Joinville-Le-Pont.

Os exemplos vão das violentas competições entre cavaleiros medievais às descobertas arqueológicas que atestam práticas esportivas de variadas culturas em diferentes tempos, incluindo os indígenas americanos.

Passado esse período, a sociedade retorna sua preocupação e valorização do corpo.

1.2.2 O esporte moderno na Inglaterra

Este tópico nos mostrará que o esporte moderno veio de uma combinação de interesses do Estado e os senhores da aristocracia local Inglesa dentre de suas escolas, para fomentar valores que eram caros nessa época.

Conforme Rubio (2002), berço da Revolução Industrial e de acontecimentos que tiraram o poder da aristocracia em favor da burguesia, e responsável por um vasto império colonial, foi na Inglaterra que novas formas de relações sociais foram desenvolvidas. Ao Estado coube, juntamente com a Igreja, o ensino público; já a burguesia e a aristocracia financiavam seu próprio sistema educacional, determinando a sistematização da ginástica e do esporte neste país (LUZURIAGA, 1979).

Diferentemente do que o nome sugere, as “public-schools” eram os centros educativos mais seletos, internatos aos quais a aristocracia e a alta burguesia recomendavam a educação de seus filhos varões (GONZÁLEZ, 1993, p.14).

Atribui-se o nascimento do esporte moderno a Thomas Arnold, pedagogo inglês que, em 1828, sendo diretor da escola pública inglesa, o *Rugby College*,

incorporou os jogos físicos como método de educação e controle dos jovens, para neles fixar valores importantes à época como religiosidade, cavalheirismo, habilidades acadêmicas, boa conduta, honestidade, entre outros (PERRY, 2008; RUGBY_SCHOOL, 2008).

A busca do controle e canalização das energias dos jovens estudantes fez surgir com muita força e empenho o uso de atividades esportivas nas escolas formadoras da elite europeia.

Nesse período, os estudantes, por terem tempo, energia e autonomia, começaram organizar as modalidades esportivas incentivadas pela direção das instituições. Thomas Arnold justificou dois aspectos diferentes no uso do esporte: prazer e a formação de caráter (TUBINO, 1987: 18-19).

Segundo Holt (1992, p. 396) “esta apropriação de práticas populares e sua transformação em práticas organizadas, menos violentas, foi provavelmente a mais notável característica da educação da elite no século XIX”.

Segundo Máximo (1999), a partir dessas informações históricas emerge a tese de que o esporte moderno surgiu nas escolas públicas inglesas (Rugby, Eton, Oxford e Cambridge) e se espalhou para o resto do mundo, majoritariamente pelas mãos e pés do imperialismo inglês do século XIX, quando dominaram uma grande parte do planeta.

Com o passar do tempo e pela presença e deslocamento dos viajantes de todas as espécies, dentre eles os embaixadores, missionários, comerciantes, marinheiros e colonos, houve uma propagação do esporte pelo mundo (BETTI, 1997).

Além disso, houve também, a contribuição de que mais de um terço da migração europeia, entre 1850 e 1890, mesmo período da consolidação dos esportes ingleses, tiveram origem nas ilhas britânicas. Tais fatos ajudam a explicar a difusão e o sucesso do esporte em nível mundial. Os termos ingleses para os esportes se espalharam pelo mundo, tais quais os termos técnicos italianos no campo da música (ELIAS & DUNNING, 1992; HOBSBAWM & RANGER, 1984; JESUS, 1999).

Essas práticas populares, que deram origem ao esporte, foram vistas como funcionais para a formação dos jovens da burguesia. Mas também o esporte foi visto como uma diversão apropriada para a população, pois se dá numa lógica diferente daquela dos jogos populares (MELO, 2007).

Nessa perspectiva as atividades esportivas surgem com um caráter competitivo, voltado para a burguesia em ascensão, sendo criado por Thomas Arnold numa perspectiva pedagógica, como reflexo da cultura europeia no século XVIII. Entretanto, a função social do esporte apresentou diferenças no decorrer das épocas, de país para país e de cultura para cultura.

Assim, o esporte, antes restrito aos privilégios dos nobres e burgueses europeus, tendo como objetivo difundir ideologias políticas e mostrar superioridade de um clã sobre o outro, passou por um processo de democratização, com a propagação de jogos populares criados e incentivados pelas classes populares inglesas, que na sua maioria usava a bola como objeto principal e o jogo como meio de socialização e descontração dos praticantes (TUBINO, 1987).

Em suma, o esporte surgiu na sociedade tendo como berço o capitalismo, de forma direta relacionado aos ideais de vida burguesa, sendo um elemento cultural de síntese daquela sociedade e que podem ser percebidos em suas características (BRACHT, 2011).

O esporte vai ganhando aos poucos, mas de forma contundente, força de atuação social, passando a ter regras locais, nacionais e internacionais. Sua prática passa, também, a ser exercida em prol da saúde individual e coletiva, forçosamente colocando os governos na elaboração de leis que fomentassem a sua prática no mundo moderno em diversas nações.

Segundo Rubio (2002),

> As escolas públicas tornaram-se o celeiro de líderes que iriam atuar na indústria, na política, no exército, nas empresas comerciais e na administração do império colonial e a influência socializante dos jogos era enfatizada para promover liderança, lealdade, cooperação, autodisciplina, iniciativa e tenacidade, qualidades necessárias à administração do Império britânico (RUBIO, 2002, p.136).

Assim, temos a Inglaterra e sua revolução industrial e, junto a tudo o que pôde exportar, estava o esporte, sua organização e regras. Baseado na tradição helênica da ‘igualdade de oportunidades’ entre os competidores, o esporte veio a servir perfeitamente a essa mesma ideologia dentro do liberalismo. Estavam lançadas as bases do movimento que veio a reeditar os Jogos Olímpicos da Era

Moderna.

1.2.3 Jogos olímpicos do mundo moderno

A importância do esporte, ultrapassando esferas intercontinentais, vai se organizando de tal maneira que passa a ter uma agenda internacional que extrapola a esfera do jogo pelo jogo e pela diversão e incide em uma grande agenda de ações políticas, econômicas e culturais, favorecendo a pertença de nações, colaborando com o movimento de desenvolvimento e crescimento dos povos e no processo de globalização das culturas.

Assim, a criação Comitê Olímpico Internacional (COI) tem seu lugar na história mundial, dada a sua importância que ultrapassa o desenvolvimento do esporte no mundo moderno.

Inspirado nos jogos da Grécia Helênica e no modelo educativo das escolas públicas britânicas, o francês Pierre de Freddy, conhecido pelo título de Barão de Coubertin que, assim como Thomas Arnold era pedagogo e também historiador, se dedicou na reorganização dos Jogos Olímpicos tentando renovar os aspectos pedagógicos do esporte grego. Sua maior preocupação era valorizar a competição leal e sadia, o culto ao corpo e à atividade física, imagem de sua concepção humanista. Diante de representantes de 12 países para um congresso esportivo-cultural em Paris, apresentou uma moção para recriação dos Jogos Olímpicos na capital francesa em 1900. Proposta aceita de forma unânime, mas antecipada para o ano de 1896 na Grécia, como uma deferência aos criadores dos jogos originais (RUBIO, 2002).

Foi criado um comitê capaz tanto de normatizar a participação de atletas como de escolher as modalidades disputadas, com representantes de diferentes nacionalidades, indicados pelos participantes do encontro para organizar aquela edição dos Jogos, dando origem ao COI - Comitê Olímpico Internacional - em 1894.

A prática de indicação pelo próprio Comitê persiste até os dias atuais e seus membros são considerados embaixadores dos ideais olímpicos em seus respectivos países e não delegados de suas nações junto ao Comitê (SAGRAVE, 1988).

A Carta Olímpica rege os princípios fundamentais dos Jogos Olímpicos, pautando-se por um conjunto de valores que são a referência fundamental do Movimento Olímpico até os dias atuais.

Conforme queria o Barão de Coubertin, também apresenta o conceito de Olimpismo no Princípio Fundamental no. 2 , que aparece expresso pelo Comitê Olímpico Internacional enquanto

> Uma filosofia de vida que exalta e combina em equilíbrio as qualidades do corpo, espírito e mente, combinando esporte com cultura e educação. O Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 1997, p.8).

Os Jogos Olímpicos foram a institucionalização de uma visão de práticas de atividades físicas que "transformava o esporte em um empreendimento educativo, moral e social, destinado a produzir reflexos no plano dos indivíduos, das sociedades e das nações" (TAVARES, 1999a, p.15).

Fatores de extrema importância para Coubertin eram o amadorismo e o "fair play". O amadorismo era foco de atenção de Coubertin porque, preocupados com a perda do controle da prática esportiva originários em seus domínios, aristocratas e burgueses defendiam a atividade dizendo que a permissão para o seu exercício seria dada apenas àqueles que pudessem tê-la como atividade de tempo livre. De tal forma, qualquer pessoa que tivesse trabalhado recebendo remuneração até o momento da competição perderia o direito de participar, enquanto competidor, dos Jogos Olímpicos. Cardoso (1996) aponta para a questão latente posta na prática popularizada do esporte:

> Os inventores do amadorismo queriam, em primeiro lugar, afastar da arena os trabalhadores. O esporte estava reservado a quem pudesse se dedicar a ele em tempo integral e desinteressadamente, enquanto o comum dos mortais suava para garantir o pão de cada dia. Este era o motivo oculto. Abertamente se temia que o dinheiro transformasse a competição esportiva em espetáculo de 'showbusiness' (CARDOSO, 1996, p.7).

O "fair-play" presume uma formação ética e moral daquele que pratica e se relaciona com os demais atletas na competição, e que este atleta não fará uso de outros meios que não a própria capacidade para superar os oponentes (TAVARES

1999b).

Segundo Rubio (2002), Lenk conceitua o “fair-play” de duas maneiras:

> **“fair-play” formal** - está relacionado diretamente ao cumprimento de regras e regulamentos que o participante da competição deve cumprir, em princípio, sendo considerado como uma ‘norma obrigação’ (“must norm”).
>
> **“fair-play” não formal** - relaciona-se ao comportamento pessoal e aos valores morais do atleta e daqueles envolvidos com o mundo esportivo. Não está limitado por regras escritas e é legitimado culturalmente. A ausência de uma regulamentação oficial confere a ele um caráter subjetivo (RUBIO, 2002, p. 139).

As Olimpíadas modernas dividem-se em jogos de verão e de inverno, e como na Antiguidade, de quatro em quatro anos, sendo que cada edição ocorre em uma cidade de um país diferente.

Dessa forma, o esporte moderno cresceu junto com a ginástica física, criada a princípio para melhorar a saúde das pessoas, mas que passou a ser utilizada no treinamento de militares de diferentes nações, daí a forte ascendência das corporações militares sobre o desenvolvimento da Educação Física e do esporte. Assim, concomitantemente ao esporte e à ginástica, desenvolveu-se a ciência da Educação Física, fortemente influenciada pela instituição militar e pela medicina dos séculos XVIII e XIX (BRACHT, 1996).

A partir do século XIX, o crescimento dos esportes, em geral, foi amplamente apoiado pela burguesia industrial que, além de sua natural identificação com conceitos como rendimento, eficiência e potência, viu no esporte instrumento para o controle e disciplina dos operários (SIGOLI, 2004).

Como reforço a este último argumento, Bracht cita a Inglaterra puritana, onde o princípio do rendimento se aproximou da ética do trabalho, favorecendo a construção do conceito de "Cristandade Muscular". Esta assimilação do rendimento se deu também nos Estados Unidos, conferindo-lhe um significado coerente com a religiosidade e cultura dominantes no período (BRACHT, 1999:p.74-5).

As atividades esportivas ganham o mundo, chegando ao Brasil e institucionalizando-se em duas áreas: da saúde, com a medicina e o desenvolvimento de suas teorias; e na área militar, com as contribuições de ordem prática no desempenho dos seus soldados.

Com tudo o que até o momento foi abordado, podemos ter uma breve

compreensão do esporte como uma atividade que une nações, desempenha um fator decisivo indo ao encontro da saúde e da cidadania, tornando-se imprescindível como ação de políticas públicas de Estados que têm como norteador o bem-estar dos seus cidadãos e cidadãs.

Portanto, ao pesquisar o desenvolvimento das atividades esportivas no Brasil e nos COPs do Distrito Federal, particularmente na Unidade de São Sebastião, pretende-se levantar informações sobre a importância dessas ações como Políticas Públicas e, mais ainda, sobre a percepção dos usuários desse espaço de pleno desenvolvimento de suas cidadanias.

Assim, o próximo capítulo, dando mais suporte à pesquisa ora iniciada, procura demostrar o desenvolvimento do esporte no Brasil, seu percurso histórico e as tomadas de decisões dos Governos em prol do desenvolvimento de uma nação que tivesse nas atividades esportivas uma ferramenta de crescimento nacional.

CAPÍTULO 2
A POLÍTICA ESPORTIVA DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE DO DISTRITO FEDERAL – CENTRO OLÍMPICO E PARALÍMPICO DE SÃO SEBASTIÃO.

2.1 O USO DO ESPORTE COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

O Brasil tem sua história construída na conjunção de vários povos, dentre os quais figuram os de origem africana que, em princípio, aqui chegaram de maneira forçada e forjada pela força do império português. As práticas esportivas são orientadas a partir dessas junções de experiências humanas e consequentemente sociais e culturais, que em muito colaboraram na formação das atividades esportivas.

O registro que se tem sobre atividades voltadas a práticas esportivas no Brasil deriva de duas contribuições dissociadas. Segundo Melo (1996), indicadores levam a crer que a teoria e a prática estavam dissociadas: “a prática com os militares e a teoria com os médicos”.

Assim, Melo (1996) conclui que “produziam-se conhecimento de duas naturezas: uma teorização que surgia das primeiras pesquisas dentro das salas de aula de faculdades de medicina e uma ligada à prática dos instrutores militares” (MELO,1996,p.21).

As instituições militares tinham a prática por excelência enquanto os conhecimentos médicos ressignificavam essa mesma prática para o plano civil. “Isso vai ser feito numa perspectiva terapêutica, mas principalmente pedagógica” (BRACHT, 1999,p. 72-3).

O autor resume o desenvolvimento do esporte moderno às seguintes características: competição, rendimento físico-técnico, recorde, racionalização e “cientificação” do treinamento.

O esporte no Brasil pode se dividir em períodos que nos mostram a evolução de conceitos e práticas. No período colonial temos poucos registros de atividades físicas que possam ser consideradas como pré-esportivas. Penna Marinho (1952) escreve sobre os índios usando arco e flecha, nadando e praticando canoagem, e também cita a equitação e as cavalgadas praticadas pelos colonizadores portugueses e holandeses.

Até o ano de 1.530, o Brasil não era povoado, o interesse principal da coroa portuguesa era a extração do pau brasil. Após essa data começou a sua colonização, com a vinda dos Senhores de Engenho para o cultivo e extração da cana de açúcar, resultando na escravidão dos índios (CHIÉS, 2004).

Nobres portugueses que estavam arruinados vieram para terras brasileiras, para o processo de colonização, ganhando terras e tornando-se fazendeiros nas chamadas Capitanias Hereditárias (CHIÉS, 2004).

Ainda neste período colonial, com a revolta dos índios, os portugueses trouxeram para o Brasil os negros da África. Começa a era da escravidão negra no Brasil (RAMOS, 1982). Essa nova população trouxe consigo uma atividade física muito conhecida e praticada em nossos dias, a Capoeira. Trata-se de uma luta carregada de ritmo e criatividade, que era utilizada como arma de ataque e defesa em suas raízes históricas e que hoje possui sentido de resgate das origens e de saúde para o corpo (RAMOS, 1982).

No período do Império surgem as primeiras escolas militares que introduziram a prática de natação e de tiro, além de esgrima. A imigração germânica, principalmente para o sul do País, a partir de 1824, propagou a escola alemã de ginástica. O método alemão foi ganhando popularidade e em 1860 tornou-se o padrão nas escolas militares do exército. Juntava-se a essas práticas capoeira e remo, que eram práticas mais populares.

As provas de remo foram a base para as primeiras atividades propriamente esportivas e que inspiraram o processo de organização da sociedade em agremiações esportivas, naquela época equipes de futebol como Flamengo, Botafogo e Vasco.

Durante o Império toda ação do Estado Imperial no setor esportivo foi tímida, valendo, entretanto, citar o pronunciamento em 1882, do então Ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, defendendo o projeto nº. 224 (aulas de Educação Física nas escolas brasileiras com nível semelhante ao de países europeus) inclusive no aspecto de sua militarização, pois a força muscular deveria se aliar à disciplina dos soldados (SANTOS, 2000, p.43) e a Lei n.º 630 de 1885, que incluiu a ginástica nos currículos escolares. Melo (1996, p. 20) diz que é possível identificar preocupações com a prática de exercícios físicos sistematizados no Brasil desde o início do século XVIII.

Outros autores discordam dessa militarização atribuída a Ruy Barbosa. É o caso de Schneider, que nos diz que o método de ginástica militarista era o que de mais moderno se tinha na época e que a proposta era somente adaptá-la às necessidades escolares (SCHNEIDER, 2000, p.104).

Ruy Barbosa, ao defender a importância da formação corporal versos a intelectual, e ao argumentar em prol do movimento higienista no apoio a um desenvolvimento das atividades físicas, foi taxado de materialista. Em 1882 ele faz sua defesa salientando a importância da educação física no aspecto moral e no uso da ginástica para melhorar a saúde pública:

> A ginástica não é um agente materialista, mas pelo contrário, uma influência tão moralizadora quanto higiênica, tão intelectual quanto física, tão imprescindível à educação do sentimento e do espírito quanto à estabilidade da saúde e ao vigor dos órgãos. Materialista de fato é, sim, a pedagogia falsa que, descurando o corpo, escraviza irreversivelmente a alma à tirania odiosa das aberrações de um organismo solapado pela debilidade e pela doença. Nessas criaturas desequilibradas, sim, é que a carne governará sempre fatalmente o espírito ora pelos apetites, ora pelas enfermidades (BARBOSA, R. 1946:80 apud HEROLD JUNIOR, 2005: 244).

2.2 O ESPORTE NA REPÚBLICA VELHA

As atividades físicas são correlacionadas quanto as suas funções pedagógicas no espaço escolar, sendo fortemente observadas no processo educacional do início do século XX.

Segundo Herold Junior (2005, p. 244-247), as funções das atividades físicas, quanto à função pedagógica nas décadas iniciais do Séc XX. Bastante parecido a outros países, a educação física e o esporte no Brasil eram colocados de forma a de juntar os brasileiros como povo, junto ao ideal de progresso e construção, almejado por republicanos que o esporte poderia ensinar e reproduzir a iniciativa individual e o próprio liberalismo, aspectos que muitos entendiam.

Ao final do século XIX, através principalmente da Associação Cristã de Moços – ACM foram introduzidas as modalidades já bem desenvolvidas na Europa (em especial na Inglaterra) como futebol e voleibol, a princípio no Rio de Janeiro e, em seguida, em outras grandes cidades.

Até o fim dos anos 1920 as modalidades que mais se desenvolveram foram

o remo e o futebol. O remo foi favorecido pela fundação de vários clubes no Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre e pela criação, em 1895, da 1ª entidade esportiva nacional, a Federação Brasileira das Sociedades de Remo (LYRA FILHO, 1973, p. 239).

Entre meados de 1870 e 1910, foram criados, em várias cidades brasileiras, mais de 60 clubes náuticos ou de regatas (MARINHO, 1980, p.30).

A princípio o futebol foi um caso à parte entre as modalidades, desde o início do esporte moderno no Brasil. Foi introduzido por Charles Miller, em 1894, em São Paulo, como esporte para a elite. A criação de inúmeros clubes em várias capitais, a fundação das ligas regionais e a formação da Seleção Brasileira de Futebol, composta por uma maioria de jogadores brancos, paulistas e cariocas, ajudou a popularização do futebol. Sarmento (2006, p.1-21), conforme estudo sobre a história institucional da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), destaca a importância do futebol para a centralização e desenvolvimento da organização do esporte nacional nas primeiras décadas do século XX.

A ação do governo durante a República Velha, no nível federal, se limitou à aprovação de decretos e regulamentos falando sobre a implantação de modalidades esportivas nas escolas. Textos consultados não mostram registro de atividades governamentais voltadas unicamente ao esporte de política pública para o setor. O Estado não interferiu e pouco apoiou com recursos. No máximo deu suporte financeiro a eventos específicos, deixando o desenvolvimento do esporte a cargo dos envolvidos, agrupados em associações e entidades. Santos (2000) nos diz:

> Não deve ser desconsiderado também o papel do Estado nesta questão. Sob a égide do Estado liberal da 1ª República, os próprios aficionados o criticavam pela ausência de políticas de fomento ao esporte (e à educação física como um todo) Os opositores – exceção feita aos anarquistas – não viam no estado seu maior obstáculo; todavia, pretendiam que ele deixasse de ser liberal, passasse a intervir na questão e combatesse o mal (SANTOS, 2000, p. 14).

Se formos comparar a educação e a jovem área esportiva na atuação do governo, nota-se claramente a desvantagem do esporte. Os autores Linhales e Vago destacam que esporte e a educação atravessaram trajetórias independentes entre os séculos XIX e XX e que somente na década de 1920 o Estado passou a

aproximar as duas áreas (LINHALES & VAGO, 2003).

No nível estadual e municipal, a ação foi no sentido de, minimamente, organizar instalações para a prática dos esportes que na maioria das vezes serviam às elites locais, destacado em estudo de Rodrigues (2006).

Compreende-se então que o Estado demorou a entender o poder do esporte no processo de desenvolvimento da nação, de sua apropriação como fator decisivo indo ao encontro da saúde individual e coletiva e, mais ainda, como propulsora interdisciplinar nas diversas ações empreendidas no espaço social, cultural e econômico.

Um dos defensores da ação do estado na área do esporte, Linhales (1996, p.73) observa que os governos começaram a incentivar a prática do futebol no início do século XX. De início, em 1904, procurando substituir a capoeira considerada uma atividade marginalizada naquela época e, em seguida, como meio de distração para dificultar mobilizações e reveses dos operários, comuns entre 1910 e 1917. Começou-se a se usar o esporte para extinguir conflitos sociais. A autora conclui também que autonomia da sociedade esportiva organiza-se de acordo com quatro fatores:

> 1) pequena intervenção estatal;
> 2) baixo nível de conflito entre os grupos ou agremiações esportivas;
> 3) baixo nível de demanda da população por equipamentos e estruturas para a prática desportiva;
> 4) ausência de interesses secundários em relação aos resultados, resguardando e favorecendo a dimensão lúdica como elemento motivador das atividades (LINHALES, 1996,p. 68).

O autor Veronez (2005) contesta os argumentos de Linhales que caracterizavam como autônomas as iniciativas da sociedade no esporte nesse período, sugerindo a submissão da autonomia dos organismos esportivos ao Estado até o início dos anos 1930:

> Todas essas iniciativas de cunho privado, “autônomas” para alguns, serão profundamente marcadas pelas relações sociais de produção e pela divisão social do trabalho correspondente à nascente sociedade produtora de mercadorias – o Estado moderno brasileiro –, crivado por contradições [...] condensadas no nível do Estado de forma a não ameaçar a hegemonia das

> classes dominantes. [...] nesse sentido, podemos levantar a hipótese sobre a insuficiência dos argumentos utilizados por Linhales para configurar como autônomas as iniciativas no esporte da sociedade nesse período (VERONEZ, 2005, p. 155-6).

2.3 O ESPORTE NA ERA VARGAS

As revoltas tenentistas, o enfraquecimento das oligarquias estaduais, a queda constante do preço do café nas bolsas de valores e a crise econômica que abalou o mundo, a disputa oligárquica na política entre São Paulo e Minas Gerais - denominada de política do café com leite - são fatores que definiram o golpe militar que conduziu Getúlio Vargas ao poder.

O processo de centralização do poder se inicia para operar-se de fato na construção do Estado Brasileiro com base no desenvolvimentismo e no populismo, usando como estratégia o “Estado de Compromisso”, definido como a tentativa do governo em agradar simultaneamente a muitos interesses divergentes em função de nenhum ator ou facção de poder ter supremacia sobre os outros, conforme nos apresenta Francisco Weffort (1968), Boris Fausto (1970) e Sonia Draibe (1985). Com o populismo, Vargas se fortalece e passa a valorizar a cultura e as atividades esportivas populares, construindo áreas de esporte e lazer, fomentando teatro e o cinema, procurando ter maior controle do tempo livre da população. O modelo liberal republicano de produção de bens culturais e esportivos passou a ser adotado pelo estado.

> Ao incorporar ao conjunto de suas metas e atribuições a Educação Física e a educação eugênica da Nação, com ênfase nas ações sobre a infância e a juventude, o Estado brasileiro começa, gradativamente, a se ocupar do setor esportivo, que se organizava com expressiva autonomia em relação ao Estado (LINHALES, 1996, p. 78).

Nesta época, altera-se o principal paradigma de apoio à educação física. No começo da era Vargas ressonava a fala da regeneração da raça e execração aos jovens fracos e preguiçosos; no Estado Novo se fortaleceu o discurso do descompasso entre o sedentarismo da sociedade e a necessidade de produzir alta carga de movimento e esforço físico para manter um corpo saudável.

2.4 O ESPORTE E O ESTADO NOVO

A Implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, dá novo rumo à ação estatal sobre setor esportivo. Confirma-se a importância crescente do esporte para a população, de forma especial o futebol, assim como os interesses e os conflitos entre as elites envolvidas em sua administração. Como em outros setores, o Estado chamou a si a responsabilidade de normatizar, controlar e utilizar as agremiações esportivas conforme sua posição política. Na nova ordem política, o esporte é alçado categoria de importante instrumento do Estado para seu processo de legitimação do projeto de desenvolvimento econômico e social do País.

Teóricos do regime notaram a importância de se aumentar o discurso de que o esporte legitimava o espírito nacionalista e procuraram criar, para o Estado, mecanismos que pudessem controlá-lo e dirigi-lo conforme seus interesses e de acordo o modelo centralizado e hierarquizado que caracterizaria o período.

O Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938, conhecido como Lei da Nacionalização, objetivava limitar e adequar a ação de clubes e sociedades de origem estrangeira, e o cunho nacionalista surge cedo, conforme Art. 2º transcrito abaixo:

> Art. 2º É-lhes vedado especialmente: 1 – Organizar criar ou manter sociedades, fundações, companhias. Clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivas a propaganda e a difusão, entre os seus compatriotas de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes ou agentes da sociedade, fundações companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos desta natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou sua direção (DECRETO-LEI, n. 383, 18 de abril de 1938).

A consequência foi uma onda de xenofobia que obrigou inclusive a mudança nos nomes de diversos clubes como, por exemplo, a Associação Esportiva Palmeiras, que antes se chamava Palestra Itália (MACEDO, SILVA, & CAPRARO, 2003).

As práticas esportivas compreendiam a ambição de uma identidade nacional e o trabalho físico se tornou questão de segurança nacional. Por isso o Estado

trabalhou para garantir o adestramento físico e o aumento da recuperação e manutenção da força de trabalho, favorecendo o desenvolvimento das qualidades físicas, morais e raciais, o equilíbrio orgânico e o prolongamento da vida (RODRIGUES, 2005).

No esforço de estruturação do setor esportivo institucionalizado, o Estado já havia sancionado a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que em seu artigo 12 criava a Divisão de Educação Física, sob o comando do Departamento Nacional de Educação, pertencente ao Ministério da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1937).

Foi o primeiro órgão estatal relacionado ao esporte, com função administrativa para a área de Educação Física e que foi dirigido na maior parte do tempo, até 1970, por militares (VERONEZ, 2005, p. 174).

O Decreto Lei n.º 526/38 instituiu o Conselho Nacional de Cultura, encarregado da "coordenação de todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde ou sob o seu controle ou influência", tendo como uma de suas atividades a Educação Física, entendida como ginástica e esporte (BRASIL, 1938a).

Também importante foi o Decreto-Lei n.º 1.212, de 17/04/1939, que criou na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desporto – ENEFD, atualmente integrada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), base para o primeiro currículo de formação de profissionais, universitários, de Educação Física e Esporte no Brasil (BRASIL, 1939).

> Ela será, antes do mais, um centro de preparação de todas as modalidades de técnicos, ora reclamados pela educação física e pelos desportos. Funcionará, além disso, como um padrão para as demais escolas do país, e, finalmente, como um estabelecimento destinado a realizar pesquisa sobre o problema da educação física e dos desportos e a fazer permanente divulgação dos conhecimentos relativos a tais assuntos (MARINHO, 1952, p.51).

A Educação Física fez um percurso único e até com certa autonomia em relação a outras áreas de conhecimento graças ao crescimento do esporte, ao trabalho anterior dos militares e seu interesse em também alcançar adequação nesta área e pela grande ascendência destes sobre o governo Vargas durante o Estado Novo e mesmo depois (MELO, 1996, p. 34).

Conforme Betti (1991, p.85), a interpretação para o interesse do governo pela Educação Física na escola, cobrando sua obrigatoriedade em todas as reformas do ensino ocorridas entre 1930 e 1946, com exceção da Reforma Campos no ensino comercial, é que a Educação Física foi percebida como meio eficaz de introjetar nos jovens os valores morais e cívicos desejados pelo Estado.

Segundo GOYAZ:

> O método francês, assim como os demais, também tinha como núcleo central um conteúdo anátomo-fisiológico, com base na ciência e, como eles, também cultuava o esforço individual, a disciplina, a formação de hábitos, adaptação da ordem vigente, a obediência e a preparação para o trabalho [...] o grande diferencial deste método está na sua abordagem pedagógica, que além do físico visava o aperfeiçoamento moral e a disciplina, incluindo em seus conteúdos jogos e esportes (GOYAZ, 2003, p. 46).

Ele nos conta que nada mais correto do que reforçar o uso do método francês de Educação Física, implantado no ensino secundário desde 1931 e depois para os demais graus durante o Estado Novo.

2.5 COMISSÃO NACIONAL DE DESPORTO - DECRETO LEI 3.199

O primeiro ato legal, totalmente devotado ao esporte, foi o Decreto-Lei n.º 1.056 de 19/01/1939. O Artigo 2º cria a Comissão Nacional de Desporto, com o objetivo de “realizar minucioso estudo do problema dos desportos no país, e apresentar ao Governo Federal, no prazo de sessenta dias, o plano geral de sua regulamentação” (BRASIL, 1939).

Tal comissão criou o Código Nacional de Desporto e deu subsídios para a elaboração do Decreto-Lei n.º 3.199, de 14/04/1941, considerado o marco inicial da ação estatal sobre o esporte no Brasil, começando com a frase: “estabelece as bases da organização dos desportos em todo o país” por meio do Conselho Nacional de Desporto – CND.

O CND foi criado com o intuito de garantir sentido nacionalista, controlar e juntar as entidades esportivas, unificar regulamentos e extinguir conflitos. O CND foi criado pelo artigo 1º e sob o Ministério da Educação e Saúde, com as seguintes atribuições dadas pelo artigo 3º:

> Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos: a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais; b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade; c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas; d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções (BRASIL, 1941A).

Conforme Mello Filho (1995, p.17), o DL 3.199 foi elaborado para adequar e imprimir ao esporte “a farsa ou a força de que se imbuíam as místicas totalitárias”. O DL 3.199 determina as bases da organização esportiva no Brasil, segundo muitos críticos beneficiando mais o controle pelo Estado das entidades e associações esportivas e menos sua promoção, como meio de evitar possíveis atividades subversivas.

O reconhecimento, filiação, desfiliação, intervenção, penalidades e mesmo questões de administração interna das entidades ficou a cargo do CND. Registro de atletas e de seus contratos com seus clubes, multas e outras penalidades, autorizações para realizações e participações em competições e mesmo a fiscalização financeira de toda estrutura sob seu controle, embora se tratassem de entidades privadas. No fundo, tratou-se da absorção do setor esportivo privado pela administração pública.

Destaca-se que apesar da luta pela profissionalização de algumas modalidades, a ideologia prevalecente era a do amadorismo, embora reconhecendo o profissionalismo, o coloca sob os preceitos da “reta moralidade”. O DL 3.199 não faz menção às categorias do esporte de alto rendimento, esporte escolar e esporte participativo, apenas ao profissionalismo e amadorismo que sob vários modos de definir podem comportar ou não as três categorias.

Segundo Mazoni (1941), o DL 3.199 foi importante por três aspectos: a) reconheceu o esporte como fator de modernização vinculado formalmente à ideia de racionalidade e eficiência, cultuada pelo positivismo; b) valorizou a importância do esporte à civilização industrial e à cultura da vida moderna; c) pôs o Brasil entre os

países que tinham um órgão e legislação específica para a área. O único no continente americano.

Toda a preocupação e propaganda com o projeto higiênico/eugênico baseou-se na possibilidade de massificar as práticas esportivas. Como declarou um de seus expoentes: “Não vale ao povo exprimir cultura de alma, perante a bandeira do Brasil desfraldada, se ao culto não corresponder o vigor físico de cada cidadão e o esplendor de sua própria consciência” (LYRA FILHO, 1973, p. 178).

Entretanto, a despeito dos esforços governamentais para a construção de infraestrutura física, técnica e administrativa para a ampliação das práticas esportivas, não se operou a ampliação nos níveis idealizados.

O aparelhamento estatal para as práticas esportivas, até o fim do Estado Novo, em geral foi escasso. Por exemplo, no caso dos estádios de futebol, o esporte mais desenvolvido, verifica-se que a propriedade (terreno) era cedida pelos municípios e a construção feita pelos clubes. Poucos estádios foram construídos em nível estadual ou federal. Em 1937, 814 eram de propriedade particular, 35 eram estatais (5 federais, 1 estadual, 29 municipais), e destes, 19 no Estado de São Paulo. Destacou-se a construção do Pacaembu e o esforço do Estado Novo em transformá-lo em símbolo da preocupação do Estado com o esporte (SANTOS, 2000, p. 29).

Quando se fala em política pública, o termo política possui dois significados: um com sentido amplo e mais geral, que se reporta a temas clássicos da política (voto, eleição, governo, partido, etc.) e outro termo, bem mais recente, e de certa forma restrito, relacionado ao Estado e suas ações na assistência das demandas sociais (PEREIRA, 2009).

Todavia, temos de ter clareza de que os conceitos se tocam no sentido de que o mais geral influencia e é influenciado pelo conceito recente e restrito, estabelecendo aí uma discussão, um debate. Compreende-se que a política está rodeada por relações discrepantes e, conforme mostrado por Pereira (2008a, p. 166), ela é:

> [...] produto da relação dialeticamente contraditória entre *estrutura* e *história* e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre *capital* x *trabalho*, *Estado* x *sociedade* e princípios da *liberdade* e da *igualdade* que regem os direitos de cidadania (PEREIRA, 2008a, p. 166).

Este entendimento apresenta direção oposta à visão funcionalista do Estado e da sociedade, garantindo análises que abracem a plenitude contraditória em que a política está envolvida.

O conceito recente e restrito de política possui conotação de política pública sendo a política social parte desta. Como nos diz Pereira (2009, p. 92; grifos da autora), "[...] a política social é uma *espécie* do *gênero* política pública". Não obstante, ambas se configuram em políticas de ação, relacionando-se não ao que os governos deveriam fazer, mas ao que efetivamente fazem.

O esporte passa a fazer parte do compromisso e da agenda de atuação do Estado Brasileiro, independente de conotações partidárias, e, dessa maneira, compreender a criação, desenvolvimento e a aplicabilidade das políticas públicas voltadas ao esporte se faz necessário na contribuição dessa pesquisa. Tal proposta será realizada no próximo capítulo que se intitula "O Brasil e a consolidação das Políticas Públicas do Esporte – sua importância na construção da cidadania".

Compreendendo o desenvolvimento do esporte na nação brasileira e seus primeiros passos de consolidação, enquanto uma agenda governamental que vai sendo desenvolvida ao longo de diversos governos e de diversas ideologias partidárias e econômicas, vê-se como as atividades esportivas ganham vulto nacional e, de fato, hoje têm importância no desenvolvimento das Políticas Públicas.

Observamos que o esporte assumiu várias posturas durante a história da humanidade, seja como meio de sobrevivência, lazer, formação humana, alienação de massa, ferramenta de propaganda governamental, promoção da saúde e atividade profissional. Acreditamos que todas essas manifestações esportivas ainda estejam presentes de alguma forma em nossa sociedade.

Este é o fator que se está verificando ao longo dessa pesquisa. Assim, no próximo capítulo iremos discutir as atividades que são desenvolvidas pelos COPs do Distrito Federal, particularmente analisando os trabalhos da unidade de São Sebastião, sua pertinência esportiva voltada aos interesses da comunidade e, mais do que isso, compreender como esses usuários analisam essas atividades enquanto satisfatória para as suas reais necessidades.

CAPÍTULO 3

DISTRITO FEDERAL E OS CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

Neste capítulo discuti-se as atividades que são desenvolvidas pelos COPs do Distrito Federal, particularmente analisando os trabalhos da unidade de São Sebastião, sua pertinência esportiva voltada aos interesses da comunidade e, mais do que isso, compreender como esses usuários analisam essas atividades enquanto satisfatória as suas reais necessidades.

3.1 DISTRITO FEDERAL E A CRIAÇÃO DOS COPS

A atual capital da República Federativa do Brasil, Brasília, terceira capital do Brasil, está localizada no território do Distrito Federal e foi inaugurada em 21 de abril de 1960, pelo presidente Juscelino Kubitschek. A transferência dos órgãos principais da administração federal para a nova capital, com a mudança das sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Federais iniciou-se nessa data.

Brasília não pertence a nenhuma Unidade da Federação e tem seus limites territoriais definidos pela união, em âmbito federal, como Distrito Federal.

O Distrito Federal é uma unidade autônoma da federação, ocupa uma área geográfica de 5.789,8 Km², dividida em 31 Regiões Administrativas (RA), e Brasília é uma delas, que é a capital federal (DISTRITO FEDERAL, 2011).

O Distrito Federal é regido por Lei Orgânica, não podendo ser dividido em municípios e possui as mesmas atribuições legislativas reservadas aos estados e municípios.

Com um aumento populacional de 24,9% em 10 anos, o Distrito Federal se consolida como uma das áreas de maior densidade demográfica no Brasil. O número de habitantes da capital federal saltou de 2.570.160, segundo o Censo 2010, para 2.977.216, baseado no Censo 2016. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal sobe da sexta para a quarta posição no ranking das cidades mais populosas do país, estando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, respectivamente.

Nessa perspectiva, particularizada na estrutura política e geográfica do Distrito Federal, foram criados os Centros Olímpicos. Segundo Carneiro (2013) o projeto estratégico das Vilas Olímpicas aparece pela primeira vez no governo de José Roberto Arruda, em 2007. No entanto, esta política das Vilas Olímpicas se manteve no governo de Agnelo Silva, com alteração do nome, passando a se designar Centros Olímpicos (2011), posteriormente Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPs.

Segundo a Secretaria de Estado, Esporte e Lazer do GDF, o "programa é desenvolvido pela Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do DF nas cidades do Distrito Federal, sob forma de parcerias. Baseado na política pública do GDF de inclusão social por meio do esporte, tem o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade atendida. A proposta do programa oferece, prioritariamente, às crianças e adolescentes, alternativa diferente de vida, usando atividades sócio recreativas, esportivas e de lazer, em que os valores como cooperação, solidariedade, pensamento crítico, autoestima, propiciem enriquecimentos internos, transformando assim as expressões da sua conduta. As unidades também oferecem atividades a adultos, idosos e pessoas com deficiências" (SEETL, 2017).

Somam-se 12 COPs em funcionamento e estão localizados nas RAs de: Brazlândia, Ceilândia (Parque da Vaquejada), Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho, Ceilândia (QNO 09), Planaltina e São Sebastião.

A estrutura básica de cada Centro Olímpico e Paralímpico contém:

Prédio de administração;
Ginásio coberto;
Quadra polivalente coberta;
Quadra polivalente descoberta;
Quadra tênis;
Parque aquático: (duas piscinas semiolímpicas e uma infantil);
Pista de atletismo, Campo de futebol society, Playground, Campo de areia e Vestiários.

Segundo PDAD (2013/CODEPLAN) a hoje Região Administrativa de São Sebastião pertencia antes da mudança da nova capital, às fazendas Taboquinha,

Papuda e Cachoeirinha. Com o início das obras da construção de Brasília, essas fazendas foram desapropriadas e, a partir de 1957, nelas se instalaram olarias. Posteriormente, as terras foram arrendadas por meio da Fundação Zoobotânica do DF, com objetivo de atender a demanda da construção civil existente na época. Mesmo com as olarias desativadas, a população permaneceu na área desenvolvendo-se um vilarejo, ao longo do córrego Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio, que ficou conhecido como Agrovila São Sebastião. Até 1993, a Agrovila São Sebastião fazia parte da RA VII – Paranoá e, por meio da Lei nº 467/93, foi criada a Região Administrativa São Sebastião.

3.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a análise estatística dos dados resultantes da presente dissertação, utilizou-se o pacote estatístico SPSS, versão 24.0. Os dados categóricos foram tratados segundo a sua frequência, expressos de forma absoluta ou relativa. Para as possíveis inferências de associação utilizou-se o teste de X^2 .

3.3 RESULTADOS

Para análise dos resultados das tabelas do questionário intitulado Pesquisa de satisfação dos usuários do COPSS foram utilizadas as seguintes nomenclaturas: CF: concordo fortemente; C: concordo; NCND: não concordo, nem discordo; DF: discordo fortemente; D: discordo; NA: não se aplica.

Na pesquisa realizada no COP de São Sebastião foram entrevistadas 287 pessoas, sendo 66,4% (n=190) mulheres e 33,6% (n=96) homens. A maioria dos entrevistados declarou ter como ocupação “do lar” (19,8%), seguido daqueles que se declaram empregados domésticos (9,1%), sem ocupação (6,3%) e estudantes (5,9%), totalizando assim 41,2% da amostra total, enquanto os outros 58,8% estão estratificados em 72 outras ocupações. Quanto ao grau de escolaridade da amostra, 81,2%, optou por não declarar, 8,0% declarou ter ensino superior completo e ensino médio com 8,0%. Foi identificado que os indivíduos conheceram o COP na maioria das vezes (53,0%) por intermédio de colegas, seguido dos que o fizeram por

intermédio da mídia (22,3%), através do centro comunitário (20,2%) e na escola (4,5%).

As perguntas realizadas em relação a aspectos específicos do uso dos COPSS encontram-se na tabela 1.

Tabela 1. Dados referentes aos resultados dos questionários aplicados aos usuários do COP de São Sebastião.

	Concordo Fortemente	Concordo	Discordo fortemente	Discordo	Não se aplicado	nd
Questão 06: Frequento o COPSS mais de uma vez por semana						
n	139	141	1	4	1	1
%	48,4	49,1	0,3	1,4	0,3	0,3
Questão 07: Percebo a presença do Estado (Governo) nas atividades ofertadas no COPSS:						
n	15	98	28	111	33	2
%	5,2	34,1	9,8	38,7	11,5	0,7
Questão 08: O COPSS oferece oportunidades para a prática esportiva nos finais de semana						
n	89	144	3	40	8	3
%	31	50,2	1	13,9	2,8	1
Questão 09: O espaço é seguro						
n	138	136	4	7	2	
%	48,1	47,4	1,4	2,4	0,7	
Questão 10: O espaço é limpo						
n	101	137	4	41	3	1
%	35,2	47,7	1,4	14,3	1	0,3
Questão 11: Estou satisfeito com as modalidades esportivas ofertadas no COPSS						
n	127	134	2	23	1	
%	44,3	46,7	0,7	8	0,3	
Questão 12: Meus familiares podem frequentar o espaço do COPSS						
n	97	137	6	38	7	2
%	33,8	47,7	2,1	13,2	2,4	0,7

Fonte: Própria

Ao se verificar as características da amostra em relação às faixas etárias de indivíduos maduros (maiores de 45 anos) e indivíduos jovens (menores de 45 anos), respectivamente, observou-se 150 e 136 pessoas em cada grupo, entre os quais 60,29% do grupo de maduros eram mulheres e 39,71% eram homens. Já no grupo de indivíduos jovens 72% da amostra eram mulheres e 28% do sexo masculino, identificando-se diferença significativa entre os grupos (p=0,045).

Quanto à ocupação, notou-se das 19,8% de mulheres que declararam

desenvolver atividades ligadas ao labor doméstico em sua própria moradia, 43 (75,4%) eram jovens e 14 (24,6%) maduras. Ainda na perspectiva de trabalhos domésticos, no entanto com cunho remunerado, das 26 pessoas que declararam que ganham a vida com esse ofício, 53,85% eram indivíduos jovens e 46,5% eram maduros. Dos 6,3% que se declararam desempregados, 9 são menores de 45 anos e 11 maiores de 45 anos.

Os dados referentes aos estudantes apontaram que das 17 pessoas que se declararam estudantes, 88.2% eram indivíduos maduros e 11.2% indivíduos jovens.

Quanto ao grau de escolaridade, como já visto, houve um grande número de não declarantes para ambos os grupos, não sendo percebida diferença significativa. Entre os declarantes de grau de escolaridade, nota-se que 69% dos indivíduos maiores de 45 anos declaram maior escolaridade (ensino médio e ensino superior), dentre os 43 indivíduos registrados com maior grau de escolaridade.

Quando estratificada a amostra por faixa etária, a frequência das respostas segue o padrão expresso na Tabela 2.

Tabela 2. Dados descritivos e perfil da amostra.

		>45 anos	**<45 anos**	***p***
Questão 06: Frequento o COPSS mais de uma vez por semana.				
Concordo Fortemente	n	67	72	0,34
	%	48,20%	51,80%	
Concordo	n	79	62	
	%	56,00%	44,00%	
Discordo fortemente	n	0	1	
	%	0,00%	100,00%	
Discordo	n	3	1	
	%	75,00%	25,00%	
Não se aplica	n	1	0	
	%	100,00%	0,00%	
Nd	n	0	1	
	%	0,00%	100,00%	
Questão 07: Frequento o COPSS mais de uma vez por semana.				
Concordo Fortemente	n	8	7	0,68
	%	53,30%	46,70%	
Concordo	n	54	44	
	%	55,10%	44,90%	
Discordo fortemente	n	18	10	
	%	64,30%	35,70%	
Discordo	n	54	57	

	%	48,60%	51,40%	
Não se aplica	n	15	18	
	%	45,50%	54,50%	
Nd	n	1	1	
	%	50	50	
Questão 08: O COPSS oferece oportunidades para a prática esportiva nos finais de semana.				
Concordo Fortemente	n	36	53	0,03
	%	40,40%	59,60%	
Concordo	n	86	58	
	%	59,70%	40,30%	
Discordo fortemente	n	2	1	
	%	66,70%	33,30%	
Discordo	n	18	22	
	%	45,00%	55,00%	
Não se aplica	n	5	3	
	%	62,50%	37,50%	
Nd	n	3	0	
	%	100	0	
Questão 09: O espaço é seguro.				
Concordo Fortemente	n	67	71	0,38
	%	48,60%	51,40%	
Concordo	n	77	59	
	%	56,60%	43,40%	
Discordo fortemente	n	3	1	
	%	75,00%	25,00%	
Discordo	n	2	5	
	%	28,60%	71,40%	
Nd	n	1	1	
	%	50,00%	50,00%	
Questão 10: O espaço é limpo.				
Concordo Fortemente	n	46	55	0,27
	%	45,50%	54,50%	
Concordo	n	80	57	
	%	58,40%	41,60%	
Discordo fortemente	n	1	3	
	%	25,00%	75,00%	
Discordo	n	20	21	
	%	48,80%	51,20%	
Não se aplica	n	2	1	
	%	66,70%	33,30%	
Nd	n	1	0	
	%	100,00%	0,00%	

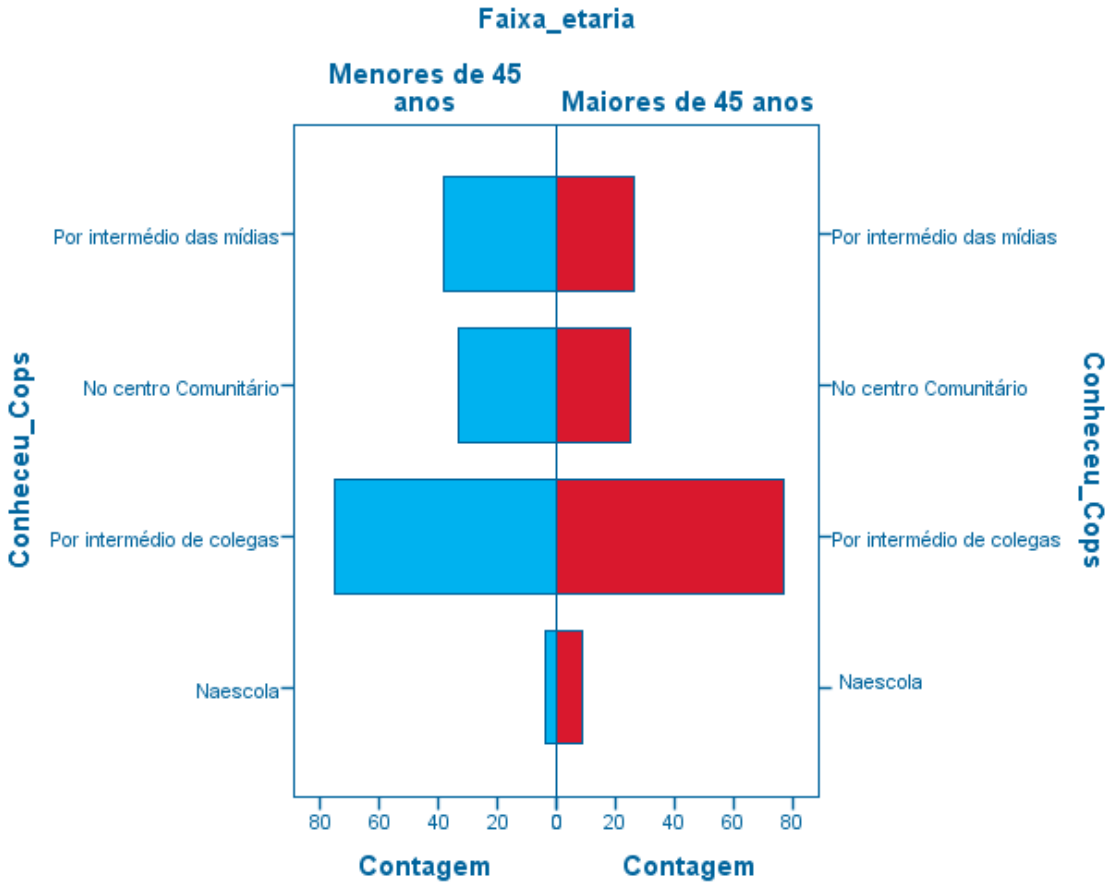
Questão 11: Estou satisfeito.				
Concordo Fortemente	n	63	64	0,04
	%	49,60%	50,40%	
Concordo	n	79	55	
	%	59,00%	41,00%	
Discordo fortemente	n	1	1	
	%	50,00%	50,00%	
Discordo	n	6	17	
	%	26,10%	73,90%	
Nd	n	1	0	
	%	100,00%	0,00%	
Questão 12: Estou satisfeito com as modalidades esportivas ofertadas no COPSS.				
Concordo Fortemente	n	33	64	0,001
	%	34,00%	66,00%	
Concordo	n	82	55	
	%	59,90%	40,10%	
Discordo fortemente	n	2	4	
	%	33,30%	66,70%	
Discordo	n	28	10	
	%	73,70%	26,30%	
Não se aplica	n	3	4	
	%	42,90%	57,10%	
Nd	n	2	0	
	%	100,00%	0,00%	

Fonte: Própria

3.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados foram discutidos conforme análise das respostas de cada questão abordada, obtendo-se, assim, o nível de satisfação da população que frequenta o COPSS.

Figura 1. **Dispersão das respostas da Questão 5**



Fonte: Própria

Questão 5 - Conheceu o espaço do COPSS:

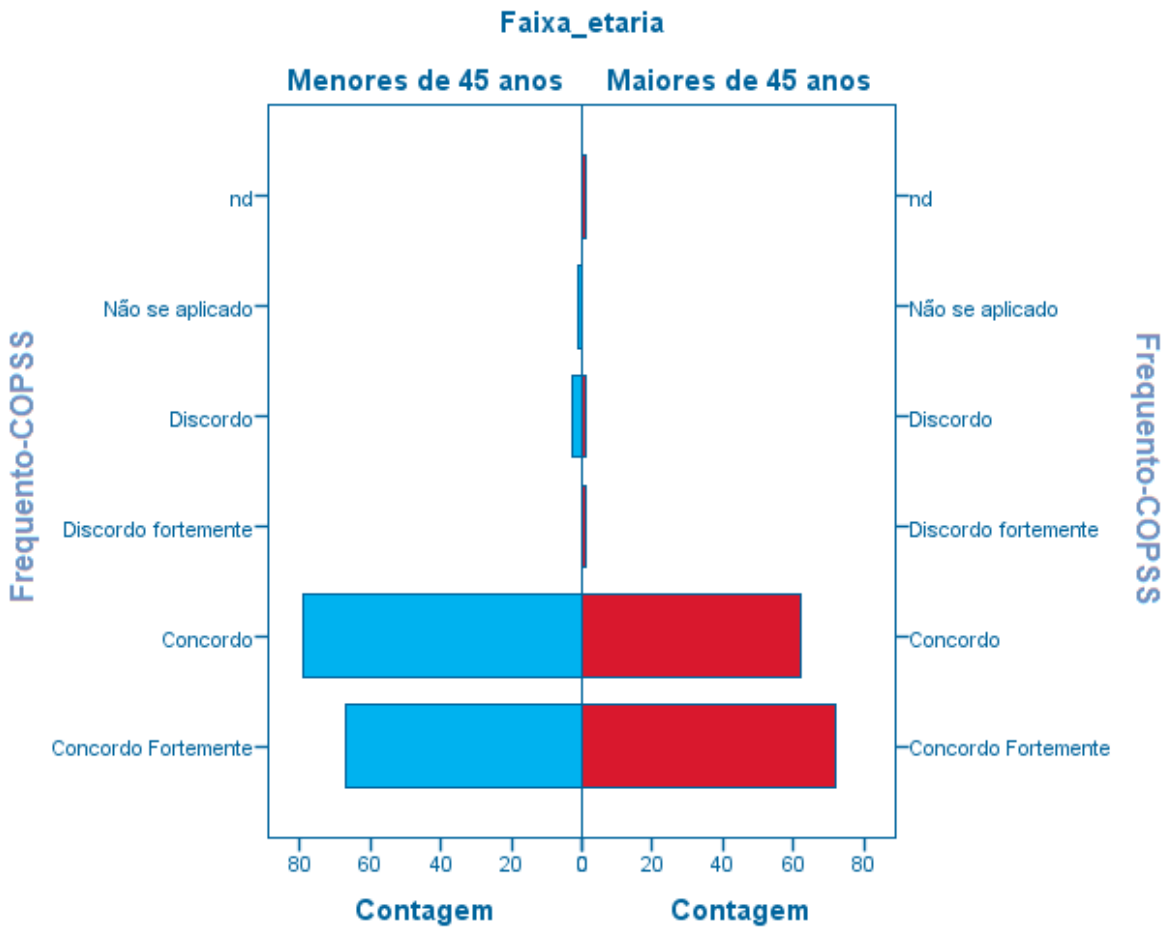
A alternativa na escola tem como objetivo informar se o entrevistado veio a conhecer o espaço do COPSS na escola; já a alternativa por intermédio dos colegas diz respeito a ter esse conhecimento através de amigos ou colegas. A alternativa no centro comunitário diz respeito aos locais onde a comunidade se reúne; a alternativa por intermédio da mídia diz respeito a qual meio de comunicação tomou

conhecimento do COPSS.

Foi identificado que os indivíduos conheceram o COPS, na maioria das vezes (53,0%), por intermédio de colegas, seguido dos que o fizeram por intermédio da mídia (22,3%), de centro comunitário (20,2%) e na escola (4,5%). Percebe-se nas respostas dos usuários que não há uma política de propaganda do COPSS adequada. Mais da metade do que responderam souberam da existência do COPSS pelos colegas e pouco pelos meios de comunicação usuais.

Trazendo Teixeira (2002) para a discussão, ele vai dizer que há pouco empenho de recursos na divulgação dos trabalhos realizados no COPSS através da não ação do GDF em termos de propaganda e marketing. O trabalho então é feito pela própria comunidade na divulgação boca a boca ou nos Centros Comunitários.

Figura 2. **Dispersão das respostas da Questão 6**



Fonte: Própria

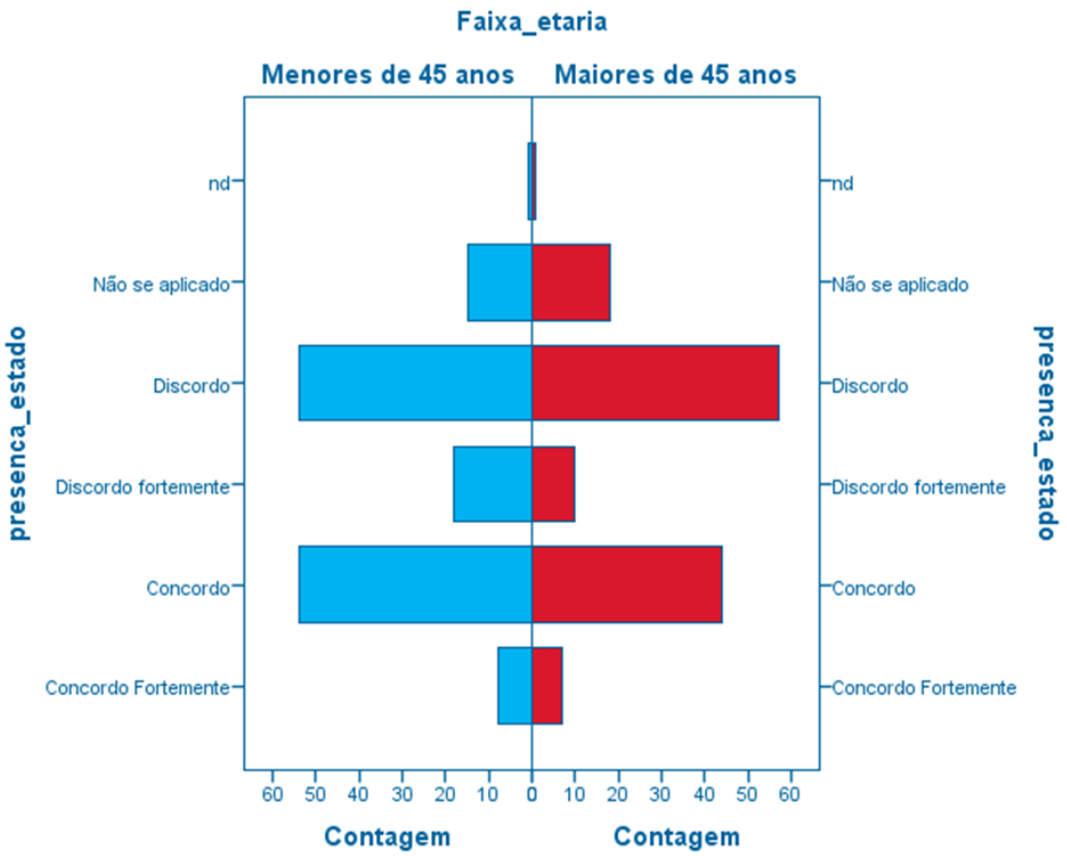
Questão 6 - Frequento o COPSS mais de uma vez por semana.

A alternativa concordo fortemente tem como objetivo informar sobre a presença assídua dos entrevistados no COPSS; já a alternativa concordo diz respeito à presença menos frequente dos entrevistados. Não concordo e nem discordo vai mostrar uma presença esporádica no COPSS; a alternativa discordo diz respeito a uma presença não habitual no local; discordo fortemente reflete uma presença rara no COPSS e não se aplica vai dizer que por outros motivos os entrevistados não frequentam o COPSS.

Os resultados do questionário quando se pergunta qual é a frequência ao COPSS mostram que 48.2% dos frequentadores são pessoas com menos de 45 anos e 51.8% são adultos maduros, com idade superior a 45 anos, os quais concordam fortemente; já aqueles que concordam que frequentam o COPSS mais de uma vez por semana somam 56% abaixo de 45 anos e 44 % dos entrevistados têm acima de 45 anos. Esses dados mostram que 97.5% dos entrevistados frequentam o COPSS mais de uma vez por semana.

Azevedo e Barros (2004) fala que as atividades esportivas têm um forte apelo ao processo de inclusão social e que o esporte é requisito indispensável para que a pessoa atinja todo esse potencial social.

Figura 3. **Dispersão das respostas da Questão 7**



Fonte: Própria

Questão 7 - Percebo a presença do Estado (governo) nas atividades ofertadas no COPSS.

A alternativa concordo fortemente tem como objetivo afirmar que o GDF apoia as ações desenvolvidas no COPSS, já a alternativa concordo diz respeito à participação do Governo frequentemente, mas não na totalidade das ações; já os que responderam discordo fortemente nunca viram uma ação de esporte promovida pelo governo no espaço. Responderam discordo quem não percebe nenhuma ação do Governo para promoção do esporte no COPSS e responderam não se aplica os que mostram-se indiferentes e nem percebem que o espaço é utilizado para uma Política Pública.

Peters (1986) nos diz que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. O Estado precisa se fazer presente nas atividades desenvolvidas no

COPSS, pois os usuários necessitam de espaços para praticar atividades e ter uma qualidade de vida melhor.

Os resultados do questionário na pergunta sobre se o usuário percebe a presença do Estado mostram que há um empate técnico entre aqueles que percebem e os que não percebem essa presença. Com 55,10% de pessoas abaixo de 45 anos (num total de 54 usuários) e 44,90% daqueles que concordam que veem a presença do Estado, totalizando 44 usuários de pessoas maduras. Se incluirmos os que concordam fortemente teremos mais 8 abaixo de 45 anos e 7 acima de 45 anos, 53,30% e 46,70% respectivamente. Agora veremos que uma parcela significativa da amostra não percebe a presença do Estado dentro do COPSS. 48,60% dos que responderam ao questionário discordam (54 usuários) tem abaixo de 45 anos e 51,40% ou 57 dos que responderam são pessoas maduras. Se somarmos os adultos jovens e os maduros que concordam fortemente e os que concordam, temos um total de 113 pessoas contra 139 que discordam fortemente ou discordam nesta pergunta.

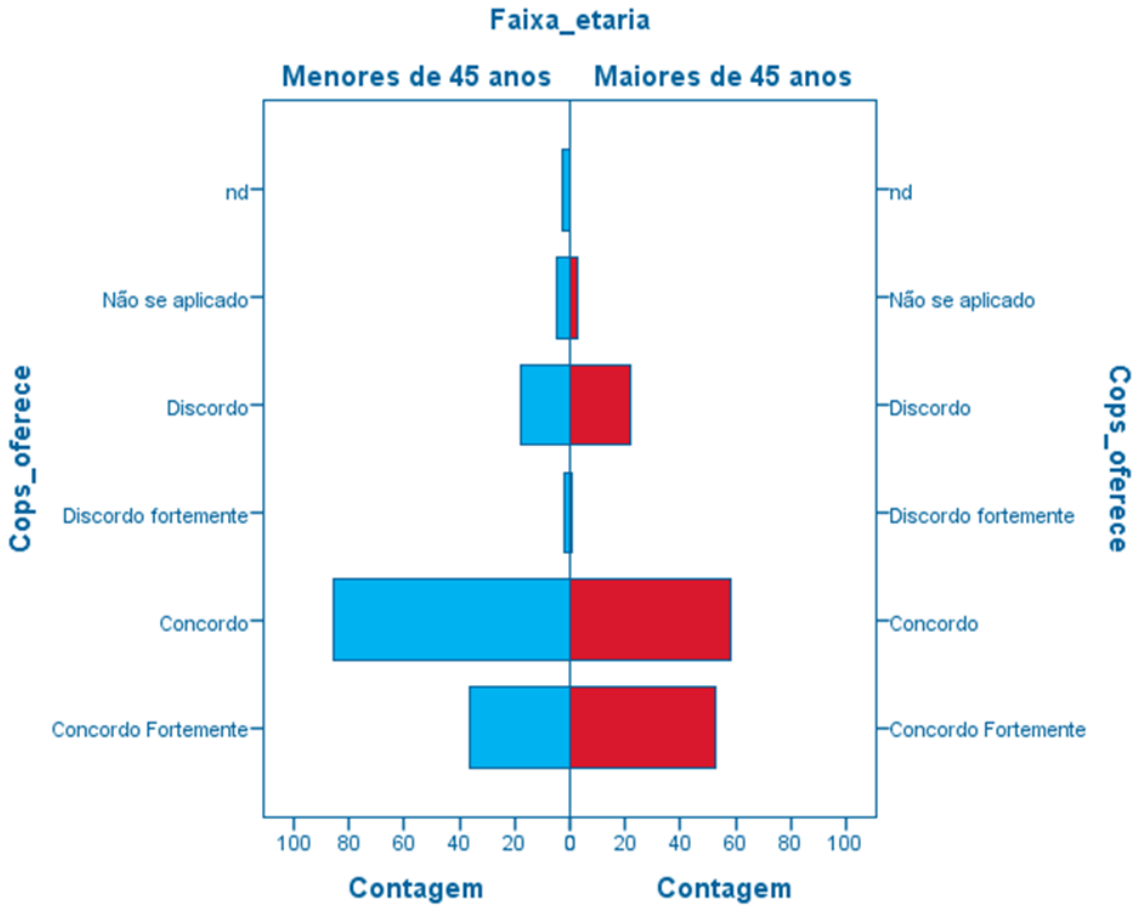
Compreender como o Estado faz uso do Esporte como uma ação pertinente ao desenvolvimento da cidadania é um dos fatores de interesse dessa pesquisa e, mais ainda, como os usuários dos espaços de vivência esportiva compreendem essa ação.

Trazendo Dallari para a discussão, temos uma visão de que uma parte dos usuários não percebe essa presença e importância do Estado.

> A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998, p. 14).

Já Lynn (1980) nos traz a definição de políticas públicas como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, mas essa política deve ter visibilidade a toda a comunidade.

Figura 4. **Dispersão das respostas da Questão 8**



Fonte: Própria

Questão 8- O COPSS oferece oportunidades para prática esportiva nos finais de semana.

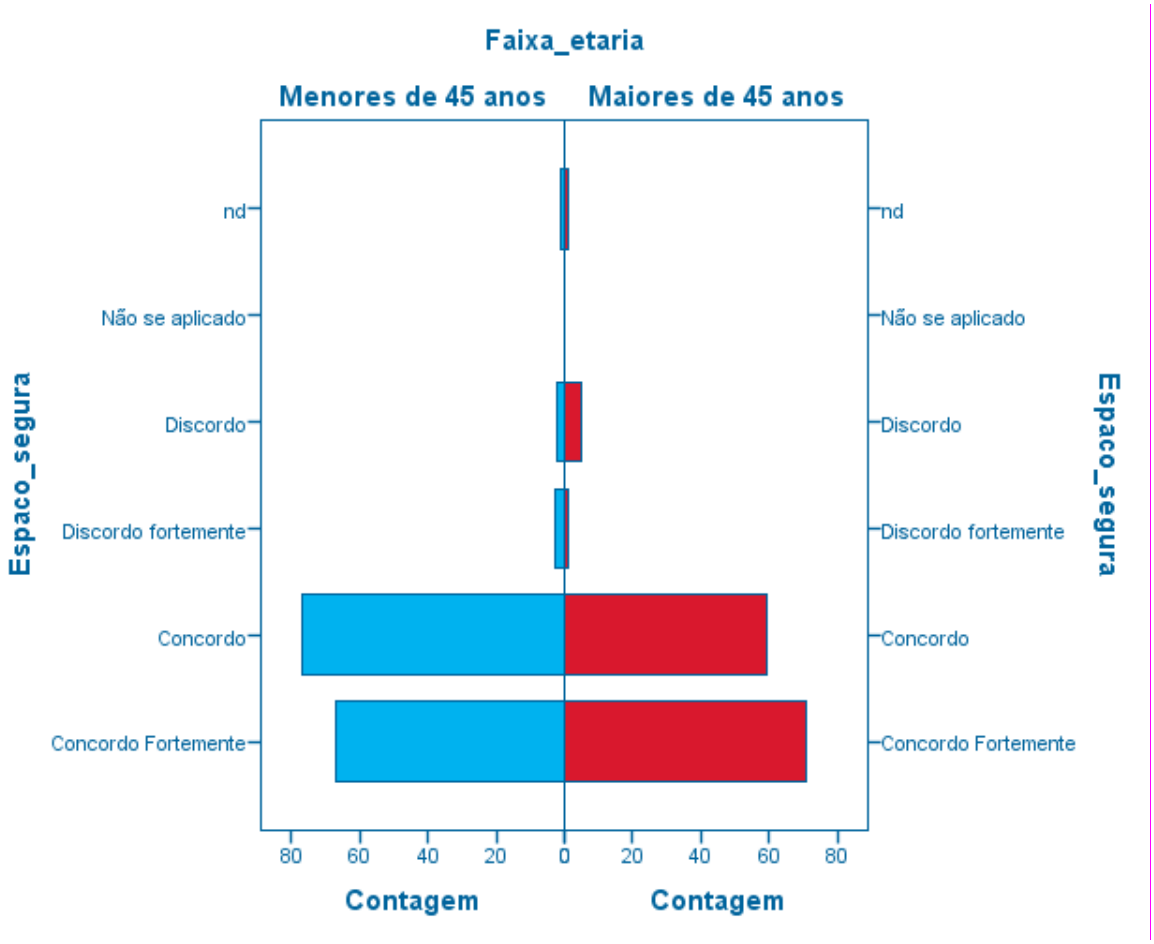
A alternativa concordo fortemente tem como objetivo afirmar que os entrevistados estão totalmente satisfeitos com as chances ofertadas no COPSS aos finais de semana; já a alternativa concordo mostra que os entrevistados estão satisfeitos, mas gostariam de mais oportunidades e melhores condições para a prática. Os que responderam discordo fortemente veem o local como inapropriado para prática esportiva; já a alternativa discordo identifica o local como seletivo para prática esportiva, enquanto os que optaram por não se aplica não vão até o local para praticar esportes.

O autor Tubino (1993) diz que o esporte é considerado um dos fenômenos

socioculturais mais importantes do final do século XX, sendo fácil de se perceber o grande número de praticantes e um maior espaço dedicado a ele na mídia nacional e internacional.

Os resultados obtidos para a pergunta que inquere se o COPSS oferece oportunidades para prática esportiva nos finais de semana mostram que 233 pessoas concordam ou concordam fortemente e que deste total, 122 estão abaixo da faixa etária de 45 anos e 111 acima desta faixa. Observa-se que das 287 pessoas que responderam ao questionário, 43 pessoas não percebem se o COPSS oferece prática esportiva nos finais de semana.

Figura 5**. Dispersão das respostas da Questão 9**



Fonte: Própria

Questão 9 - O espaço é seguro

A alternativa concordo fortemente tem como objetivo afirmar que o local é muito seguro; já a alternativa concordo diz respeito a entender que o local oferece uma boa segurança, mas com ressalvas. A opção discordo fortemente assevera que o local é totalmente inseguro e oferece perigo aos frequentadores; já a alternativa discordo não vê o local como seguro, enquanto não se aplica foi citado uma vez como resposta.

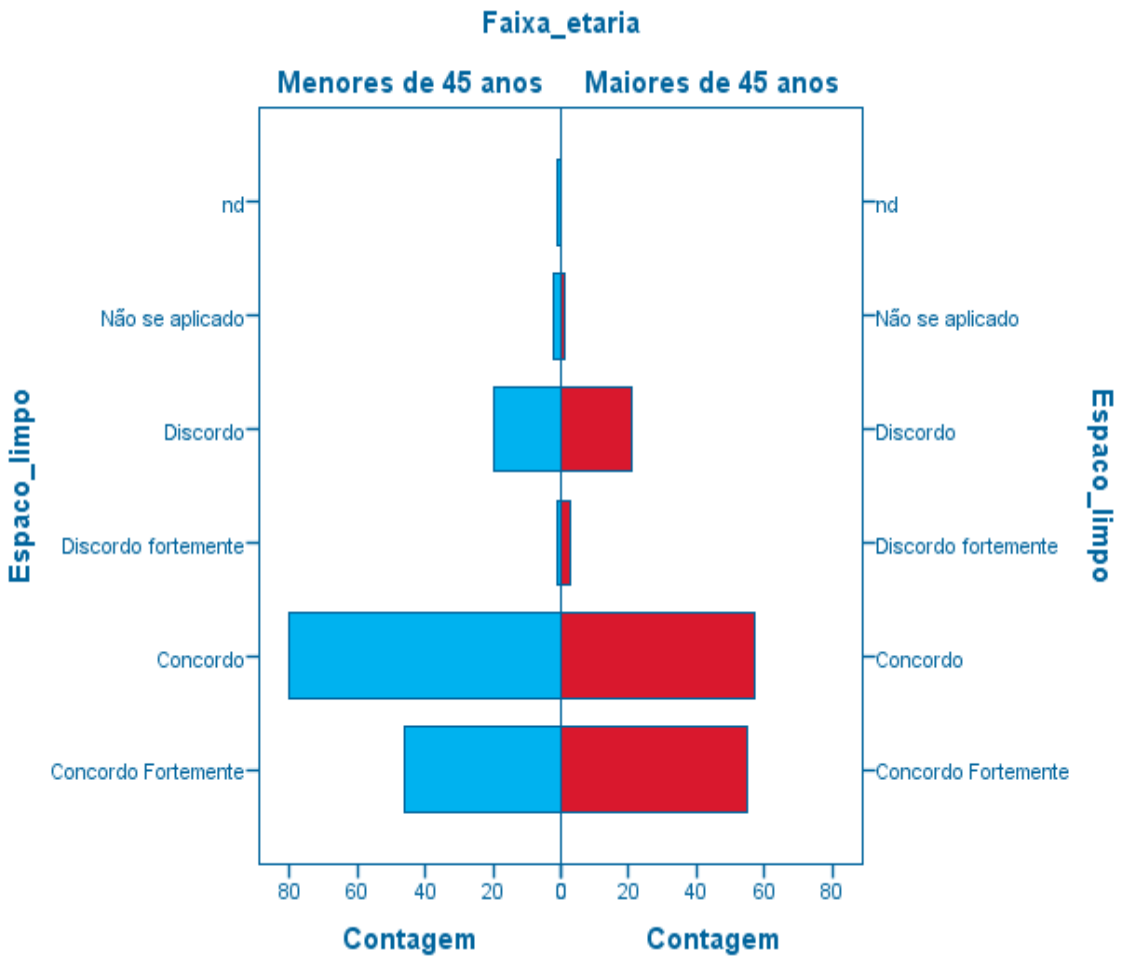
Rousseau (2000) defende um contrato social dos indivíduos para que os mesmos tenham proteção nas suas particularidades. Outro autor, Duverger (1981), nos fala de Estado e direito à segurança, dizendo que o Estado configura-se como uma organização de caráter político que visa não só a manutenção e coesão, mas a regulamentação da força em uma formação social determinada. Esta força está alicerçada, por sua vez, em uma ordem coercitiva, tipificada pela incidência jurídica. O Estado legitima seu poder pela segurança e pela validade oferecida pelo Direito, que, por sua vez, adquire força no respaldo proporcionado pelo Estado.

Essa questão tem como objetivo identificar se a população sente-se segura no local. Em relação a se o COPSS é um espaço seguro, temos 138 pessoas que responderam que concordam fortemente. Deste total, 48.60% ou 67 pessoas são adultos jovens e 51,40% ou 71 que responderam são adultos maduros, acima de 45 anos. Dos que concordam, 77 pessoas ou 56.6% têm idade abaixo de 45 anos e 59 usuários ou 43.40% estão acima dos 45 anos. Pode-se dizer que os usuários veem o COPSS como um espaço seguro para se praticar atividades esportivas.

Em capítulo anterior, Marshall (1967) nos diz que “[...] a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Os usuários informam em sua maioria que se sentem seguros dentro do COPSS, que a falta de segurança das ruas ali não se faz presente.

Figura 6**. Dispersão das respostas da Questão 10**



Fonte: Própria

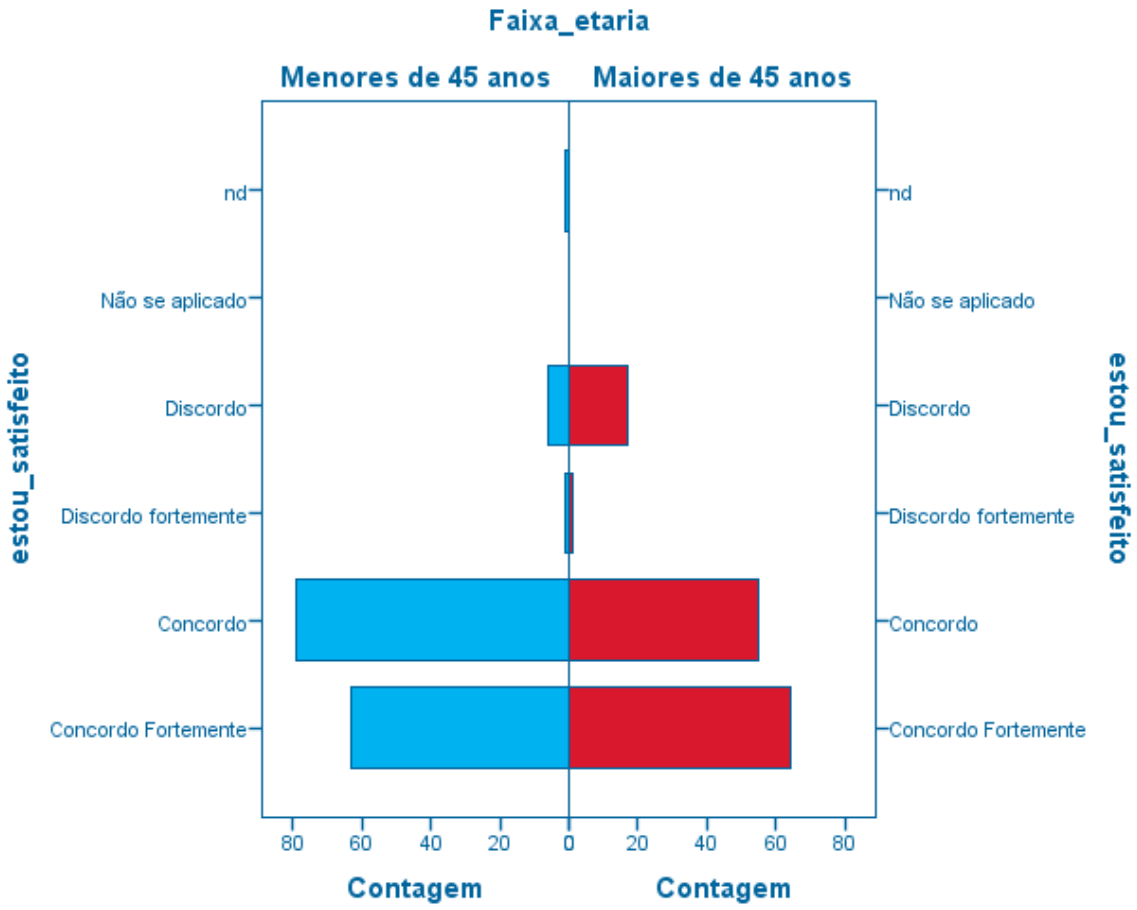
Questão 10 - O espaço é limpo

A alternativa concordo fortemente tem como objetivo afirmar que o espaço do COPSS sempre está limpo; já a alternativa concordo diz que normalmente está limpo. Em discordo fortemente as respostas afirmam que nunca viram o espaço sendo limpo, enquanto a alternativa discordo diz que a manutenção da limpeza no espaço é feita esporadicamente. Os que responderam não se aplica mostram-se indiferentes quanto a limpeza do local.

Verificou-se na análise geral dos números que a grande maioria responde que concorda ou concorda fortemente que o local é limpo. Desse total, 101 pessoas

responderam concordo fortemente, 55 são pessoas maduras (54.50%) e 46 (45.50%) são adultos jovens abaixo de 45 anos. Dos que responderam concordo no questionário 80 estão abaixo de 45 anos e 57 acima desta idade (58.40% e 41.60% respectivamente). Observa-se também que 44 pessoas ou 15.33% não veem o COPSS como um espaço limpo.

Figura 6**. Dispersão das respostas da Questão 11**



Fonte: Própria

Questão 11 - Estou satisfeito com as modalidades esportivas ofertadas no COPSS

A alternativa concordo fortemente tem como objetivo assegurar que os entrevistados estão totalmente satisfeitos com as chances ofertadas no COPSS; já a

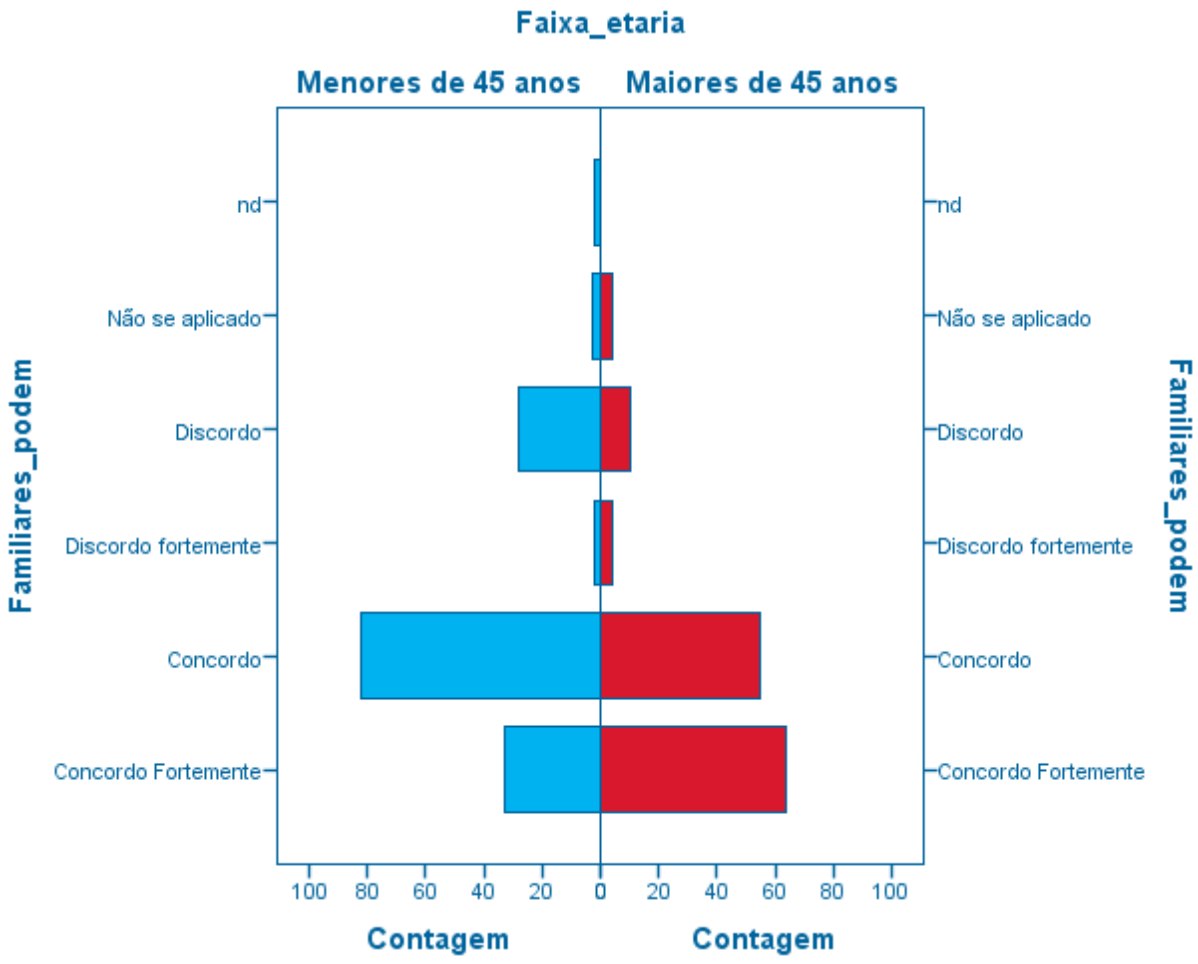
alternativa concordo mostra que os entrevistados estão satisfeitos, mas gostariam de mais oportunidades e melhores condições para a prática esportiva. As pessoas que responderam discordo fortemente observam o local como inadequado para prática esportiva; já a alternativa discordo identifica o local como seletivo para prática esportiva, enquanto os que responderam não se aplica não vão até o local para praticar nenhuma atividade esportiva.

Buscando novamente junto a Helal (1990) algo mais que nos relate sobre esporte, teremos, para ele, que o esporte é uma prática social institucionalizada, e, além de uma arte, uma oportunidade de dedicação ocupacional e profissional, pensando no esporte não apenas como ferramenta para fins sociais, mas tendo o esporte com fim nele mesmo.

O resultado obtido no questionário à pergunta estou satisfeito com as modalidades esportivas ofertadas no COPSS, 261 pessoas responderam que concordam ou concordam fortemente, perfazendo um total de 90.94% de usuários satisfeitos com as modalidades ofertadas no COPSS. Entre os adultos jovens e maduros não existe uma diferença significativa.

O COPSS tem 14 modalidades olímpicas e 11 atividades paralímpicas à disposição dos frequentadores, corroborando com a pesquisa que aponta um grande número de entrevistados satisfeitos com as modalidades esportivas ali ofertadas.

Figura 7. Dispersão das respostas da Questão 12



Fonte: Própria

Questão 12 - Meus familiares podem frequentar o espaço COPSS

A alternativa concordo fortemente tem como objetivo afirmar que o local é totalmente favorável para os familiares dos entrevistados frequentarem; já a alternativa concordo reconhece o espaço como um bom local para levar a família, mas que na prática nem sempre isso é possível acontecer. Discordo fortemente diz que é impossível levar familiares ao local, enquanto a alternativa discordo vai representar os que não procuram o espaço para estar com familiares. Os que responderam não se aplica afirmam que é irrelevante levar familiares ao COPSS.

Buscou-se um autor que não foi mencionado nos capítulos anteriores e que traz sua visão sobre a família e esporte: Hellstedt (1997:117). Ele apresenta a família como ambiente primário no qual o jovem pode desenvolver as suas habilidades, autoestima e motivação para o sucesso.

Em relação ao questionamento se meus familiares podem frequentar o espaço COPSS, 234 responderam que concordam ou concordam fortemente. Adultos maduros somam 64 pessoas ou 66.00% contra 33 pessoas ou 34.00% de adultos jovens que concordam fortemente; entre os que responderam que concordam temos 55 pessoas ou 40.10% de adultos maduros acima de 45 anos e 82 pessoas adultas abaixo de 45 anos ou 59.90%, mostrando que as pessoas percebem que no COPSS elas encontram um espaço aberto aos familiares nos finais de semana.

Os resultados do presente estudo podem inferir a relação do grau de satisfação do usuário do COPSS e as políticas adotadas pelo estado no COPSS.

CONCLUSÃO

Este estudo tem por objetivo mostrar a importância das atividades esportivas na vida das pessoas, em especial na Região Administrativa de São Sebastião, DF, centrado no Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião (COPSS).

A pesquisa possibilitou trazer conceitos sobre Estado e Cidadania de Maquiavel, Locke e Hobbes, Dallari e Carvalho entre outras referências teóricas, auxiliando e contribuindo na discussão da pesquisa. O trabalho também traz como contribuição autores como Tubino e Barbanti, dentre outros, para dar luz ao conceito de Esporte. Políticas Públicas nos chegam através de autores como Marshall e Peters, para que possamos dar início aos questionamentos sobre as Políticas Públicas desenvolvidas pelo GDF nos Centros Olímpicos e Paralímpicos e, em especial, na unidade localizada em São Sebastião.

A pergunta que norteou esse trabalho foi: Como o esporte tem se configurado como objeto de políticas públicas no DF, no caso da implantação e desenvolvimento do COP de São Sebastião? A hipótese apresentada é que as políticas públicas voltadas às atividades esportivas desenvolvidas pelo programa COP são eficazes no desenvolvimento esportivo junto a essa comunidade.

Os dados obtidos na pesquisa por meio do questionário aplicado com 287 pessoas, realizado durante o mês de outubro de 2017, encontraram os seguintes resultados: 66,4% ou 190 pessoas são mulheres e 33,6% são homens. Verificando-se as características da amostra em relação às faixas etárias de indivíduos maduros (maiores de 45 anos) e indivíduos jovens (menores de 45 anos), respectivamente contabilizaram 150 e 136 pessoas em cada grupo, onde 60,29% do grupo de maduros eram mulheres e 39,71% homens. Já no grupo de indivíduos jovens, 72% da amostra eram mulheres e 28% do sexo masculino, identificando-se diferença significativa entre os grupos (p=0,045). Esses números nos mostram que o GDF deveria olhar com mais cuidado para a participação e presença do grupo homens adultos jovens menores de 45 anos no COPSS, identificando os reais motivos da pouca presença desse público, seja por falta de informação, como vimos na questão 5, seja por atividades pouco convidativas aos mesmos.

A pesquisa revelou dados interessantes quanto à ocupação. Notou-se que entre as mulheres que trabalham em casa somente 24,6% são mulheres maduras, contra 75,4% de mulheres jovens. Essas pessoas que tanto precisam de atividades em seu dia a dia devem ter opções e Políticas Públicas para que venham a se matricular no COPSS.

Um dos dados mais impactantes foi quanto à escolaridade. 81,2% da amostra preferiu não informar o grau de escolaridade, podendo levar a crer que seja por algum sentimento de constrangimento e não aceitação.

No que tange à comunicação, vale destacar que é no campo da propaganda e mídia que se constrói uma política pública, uma vez que ambas são propagadoras de sucesso ou fracasso. Com isso se percebe que quando questionado se o usuário percebe a presença do Estado (Governo) nas atividades ofertadas no COPSS 48.5% das pessoas responderam que discordam ou discordam fortemente, não vendo ali nenhuma presença do que eles entendem por Governo.

Portanto, baseado no alto índice de respostas positivas nas questões elaboradas no questionário denominado Pesquisa de satisfação dos usuários do COPSS, a hipótese desse estudo de que as políticas públicas voltadas às atividades esportivas desenvolvidas pelo programa COP são eficazes no desenvolvimento esportivo junto a essa comunidade se confirmou.

Mais estudos seriam interessantes para se dar continuidade ao que foi verificado com esse trabalho, ampliando o número de Centros Olímpicos e Paralímpicos a serem avaliados.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F**. O Nível de Participação do Estado na Gestão do Esporte Brasileiro como Fator de Inclusão Social de Pessoas Portadoras de Deficiência.** R. bras. Ci. E Mov, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2004.

BARBANTI, V. **Ponto de Vista**. "O que é esporte?" ,2006.

BARROS, S. R. **Direitos humanos:** paradoxo da civilização**.** Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

BARBALET, J. **Teorias da cidadania**. In: _____. A cidadania**.** Lisboa: Estampa, 1989.

BETTI, M. **A educação física na escola brasileira de 1.º e 2.º Graus:** uma abordagem sociológica. São Paulo: USP,1991.

BETTI, M. **Educação física e Sociedade –** A Educação Física na escola brasileira de 1 e 2 graus. São Paulo, Movimento, 1991.

BETTI, M. **Violência em campo:** dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BOGA, M. **Jogos Olímpicos na antiga Grécia e olimpismo moderno**. Lisboa: Imprensa Lucas, 1964.

BRACHT, V. **"A construção do campo acadêmico `educação física no período de 1960 até nossos dias:** Onde ficou a educação física?". *In*: *Anais do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Belo Horizonte, 1996, pp. 140-148.

BRACHT, V. (1999). **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Scielo - ScientificElectronic Library Online. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132621999000100005&script=sci_arttext> .Último acesso em: 08.nov.2017.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. Coleção Educação

Física, 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BRASIL. **Art. 217 da Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_217.asp>. Último acesso em: 26.nov.2017.

BRASIL. **Decreto-lei n. 378**. 13 de janeiro de 1937. Dispõe sobre a educação escolar e educação extra escolar. Disponível em<:http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937>Último acesso em 15 de fev.2017

BRASIL. **Decreto-Lei n. 383**, 18 de abril de 1938. Dispõe sobre os estrangeiros não poderem exercer atividades políticas no Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Último acesso em 03.dez.2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 526**, de 1 de julho de 1938. Senado Federal - SICON: disponível em: < http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Último acesso em 06.dez.2017.

BRASIL. **Decreto lei. n.1056**, de 19 de janeiro de 1939, Dispõe sobre instituição de uma comissão, denominada Comissão Nacional de Desportos. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto- lei-1056-19-janeiro-1939>.Último acesso em 09 de junho 2017

BRASIL. **Decreto Lei n. 1.212**, de 17 de abril de 1939A. - Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Senando Federal – SICON. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action . Último acesso em 03.dez.2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.199**, de 14 de abril de 1941 A- Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Senado Federal – SICON. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>. Último acesso em 03.dez.2017.

BRASÍLIA. **Decreto n. 467**, de 25 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação da R.A de São Sebastião, DF. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;distrito.federal:distrital:lei:1993-06-25>.Último acesso em 10de julho de 2017

BRASÍLIA. **Decreto nº 36.236**, de 1º de janeiro de 2015. Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal. Brasília: 2015.

BRASÍLIA. **PDAD**, **2013/CODEPLAN**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2013/S%C3%A3oSebasti%C3%A3o.pdf> Último acesso em 03.dez.2017.

CAMPOS, E.B. Controle social nas políticas públicas. Disponível em: <http://personalizados.msisites.com.br/ifc/img/tb24_texto_fotos_1_655_controleasocialadasapolacasapacas.pdf.> Último acesso em 12.jul.2017.

CANOTILHO, J. J.G., **Direito Constitucional**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CARDOSO, M. **100 anos de Olimpíadas**. São Paulo: Scritta, 1996.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **A política de esporte no Distrito Federal:** Centros Olímpicos," terceiro setor" e focalização. 2013.

CARVALHO, J.M.**Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

CHIÉS, P. V. **Iluminando o corpo:** As contribuições científicas ao conceito de corpo. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física e Esporte - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Olympic charter**. Lausanne: COI, 1997.

COUTINHO, C. N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. In: Revista Ágora*:* Políticas Públicas e Serviço Social**,** Ano 2, nº 3, dez 2005. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc>. Último acesso em 03.dez.2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara.Koogan,2003.

DEMO, P. **Cidadania menor:** algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política. Petrópolis: Vozes, 1992.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses:** um estudo sobre a constituicao do Estado e as alternativas da industrializacao no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz,1985.

DUVERGER, M. **Ciência Política**. 3. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 11-18; F.A. de Miranda Rosa. Poder e direito. Poder, direito e sociedade, Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 59-79.

DYE, T, D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1984.

EASTONE, D. A. **Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense,1970.

FERREIRA, F. **As origens do estado de direito**. Revista de Direito Administrativo, v. 168, p. 11-17, 1987.

.
GONÇALVES, C. W. **Natureza e sociedade**: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, J. S. (Org). Pensando e praticando a educação ambiental praticando a educação ambiental. praticando a educação ambiental Brasília: Ibama, 2002.

GONZÁLEZ, J. I. B. **Materiales de sociologia del deporte.** Madrid: Ediciones Endymión, 1993.

GOYAZ, M. D. **As possibilidades e limites da ginástica no campo do lazer**. Campinas: UNICAMP, 2003.

HELAL, Ronaldo. **O que é sociologia do esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HELLSTADT, J. C. **The Coach/Parent/Athlete Relationship.** The Sport Psychologist. v.1, p. 151-160, 1987.

HEROLD JUNIOR, C. **Da instrução à educação do corpo**: o caráter público da educação física e a luta pela modernização do Brasil no século XIX (1880-1915). Educar - Editora UFPR ,237-255, 2005.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria**, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HOLT, R. **Sport and the British**: a modern history. Oxford: Claredon, 1992.

IBGE. Disponível em : <www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=df> Último acesso em 2.nov.2017.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Editora: Coimbra, Arménio Amado, 1979. p. 390.

LASWELLLaswell, H. D. **Politics:** Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books, 1936/1958.

LEONARD, F. E. **A guide to the History of Physical Education Champaign**. Stipes 1973.

LINDBLOM, Charles E. **"The Science of Muddling Through",** Public Administration Review 19: 78-88. 1959.

LINHALES, M. A. **A tragetória política do Esporte no Brasil:** Interesses Envolvidos, Setores Excluídos.1996. Disponível em: Universidade Federal de Minas Gerais: Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional - EEFFTO: <http://www.eeffto.ufmg.br/celar/_interface/main/biblioteca/livros/12.pdf>. Último acesso em 2.dez.de 2017.

LINHALES, M. A., & VAGO, T. M. **Esporte escolar:** o direito como fundamento de políticas públicas. Caxambú : Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, 2003.

LOCKE, J. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____.**Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Nacional, 1979.

LYNNLynn, L. E. **Designing Public Policy**: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

LYRA FILHO, J. **Introdução à sociologia dos desportes.** Bloch Editores, 1973.

MACEDO, R. L., SILVA, C. L., & CAPRARO, A. M. **O esporte no estado novo:** esclarecimentos sobre a formação de categorias estabelecidos e "outsiders". 2003. Disponível em Faculdade de Educação Física - FEF - Unicamp: <http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais7/Trabalhos%5CxO%20esporte%20no%20estado%20no vo%20.pdf>. Último acesso em 2.dez.2017.

MACINTOSH, P. C. **Physical Education in England**. In E.F.Zeigler(ed). A History of Sport and Physical Education to 1900.Champaign-Stipes.1975.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 3ª ed. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARINHO, Inezil Penna. **História da educação física e dos desportos no Brasil** (Brasil-Colônia, Brasil-Império, Brasil-República. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1952.

MARINHO, Inezil Penna. **Historia da Educação Física no Brasil**. São Paulo: Cia do Brasil, 1980.

MARINHO, Inezil Penna. **A ginástica brasileira**. Brasília: Edição do Autor, 1982. .In: Introdução ao estudo da filosofia da educação física e dos desportos. Brasília: Horizonte editora Ltda., 1984.

MARROU, H. I. **História da educação na Antiguidade**.- tradução do Prof. Mário Leõnidas Casanova- São Paulo, E.P.U., Ed. da Universidade de São PULO, 1973.

MARSHALL, Thomas. **Cidadania e classe social**. In: _____. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57-114.

MÁXIMO, J. **Memórias do futebol brasileiro**.1999. Disponível em Scielo Brasil - ScientificElectronicLibraryOnline:<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n37/v13n37a09.pdf >. Último acesso em 2.dez.2017.

MAZONI, T. **O esporte a serviço da pátria**. São Paulo: Olimpicus, 1941.

MAZZOTTA, M. J. S. **Acessibilidade e a indignação por sua falta**. In: 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE VOCÊ TAMBÉM TEM COMPROMISSO. Brasília, Caderno de textos, p 30-32, 2006.

MEAD, L. M. **"Public Policy:** Vision, Potential, Limits", Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MELO, V. A. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos** - uma possível história. Tese Doutorado. Campínas: Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação Física,1996.

MELO, V. A. **Dicionário do esporte no Brasil**: do século XIX ao início do século XX. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Decania do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, através da sua Coordenação de Integração Acadêmica de Pós-Graduação. Coleção Educação Física e Esportes, 2007.

MELLO FILHO, Á. **O Desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira**. São Paulo: Malheiros Editores LTDA,1995.

OLIVEIRA, V. M. **O que é educação física**. 1943. – 4ª Reimpressão. São Paulo:Brasiliense. Coleção Primeiros passos, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Concepções e propostas de política social**. In:_____. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez Editora, 2008a. p. 163-202.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

PERRY, A. **Victorian Sport**: Playing by the Rules. 2008. Disponível em BBC - British History: <http://www.bbc.co.uk/history/british/victorians/sport_01.shtml> Último acesso em 2.dez.2017.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte**: do homem primitivo aos nossos dias. São Paulo: IBRASA, 1982.
.

ROBERTS, G. C. **The Rise of European Nationalism and it's Effect on the Pattern of Physical Education and Sport**. In E.F.Zeigler(ed). A History of Sport and Physical Education To 1900.Champaign-Stipes,1973.

RODRIGUES, C. C. **Saúde do Corpo, Rendimento no Trabalho**: A Política do Esporte no Estado Novo em Florianópolis. 2005. Disponível em Simpósio - Muitas faces de uma guerra: 60 anos do término da segunda guerra e o processo de nacionalização no sul do país: <www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st4/st4carlos.doc>. Último acesso em 2.dez.2017.

RODRIGUES, M. A. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade:** Uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claire, 2000. pg. 30.

RÚBIO, K. **Do Olimpo ao pós-olimpismo**:Elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo, 2002.

SAGRAVE, J.O.; CHU, D.B. (Eds.). **The Olympic Games in transition**. Champaign: Human Kinetics, 1988.

SANTOS, J. A. **Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890 - 1947)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FLCH-USP, 2000.

SCHNEIDER, O. **Intelectuais, pedagogia e educação física:** contribuição de Rui Barbosa, Manoel Bomfim e Fernando de Azevedo.. CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. 2000.

SEETL, 2017. Disponível em: <http://www.esporte.df.gov.br>. Último acesso em 2.dez.2017.

SIGOLI, M. A. **A história do uso político do esporte**. Revista Brasileira de Ciência &Movimento, 2004.

SILVEIRA, H. F. R. **Um estudo do poder na sociedade da informação**.*Ciência da Informação,* Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000.

SIMON, H.. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOUZA, C. **"Políticas Públicas:** Questões Temáticas e de Pesquisa", Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

TAVARES, O.A. **Referenciais teóricos para o conceito de Olimpismo**. In: TAVARES, O.; DaCOSTA, L.P. (Eds.). Estudos olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999a.

TAVARES, O.A. **Algumas reflexões para uma rediscussão do fairplay**. In: TAVARES, O.; DaCOSTA, L.P. (Eds.). Estudos olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999b.

TEIXEIRA. E. C.. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências soc**iais. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, M. J. **Teoria Geral do Esporte**. São Paulo: Ibrasa, 1987.

TUBINO, M. J. **O que é Esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TUBINO. (1987). Teoria Geral do Esporte. São Paulo: IBRASA

UOL. UOL Olimpíadas 2004.. Disponível em UOL.com.br: <mhtml:file://C:\Documents%20and%20Settings\Luciano%20Bueno\Meus%20documentos\Esp291orte\UOL%20Esporte%20%20Olimpíadas%202004.mht!http://esporte.uol.com.br/olimpiadas/historia/barao.jhtm> Último acesso em 2.dez.2017.

Van Dalen & Bennet. **A world history of physical education**: cultural, philosophical, comparative. New Jersey. Prentice Hall, 1971.

VERONEZ, L. F. **Quando o Estado joga a favor do privado:** as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Campinas: UNICAMP - Faculdade de Educação Física, 2005.

WEFFORT, F. (). **Classes populares e política**. São Paulo: USP, 1968.

WILLIAMS, R. **Keywords: a vocabulary of culture and society**. London: Fontana, 1976.

ZUCHETT O, A. T; CASTRO, R. L. V. G. **As Contribuições das Atividades Físicas para a Qualidade de Vida dos Deficientes Físicos**. RevKinesis. n.26, p. 52-166, 2002.

ANEXO I – Carta de aprovação ao Comitê de Ética e Pesquisa – CEP

UNIEURO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
Comitê de Ética em Pesquisa UNIEURO

(61) 3445-5717 / E-mail: cep@unieuro.com.br
Av. das Nações, Trecho 0, Conjunto 5 - Brasília-DF
CEP: 70.200-001

PARECER Nº 113/2017

Projeto: O Distrito Federal e suas políticas públicas de esporte no centros Olímpicos e paralímpicos

Protocolo:2.207.157

Pesquisador Responsável: João José Vianna

CAEE:71751617.9.0000.5056

O Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário **UNIEURO**, após apreciação ética do presente projeto, manifesta-se pela **APROVAÇÃO** do mesmo. Para a emissão do parecer, observaram-se as disposições contidas na resolução nº466/12 CNS/MS, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras em pesquisa envolvendo seres humanos, assim como as suas resoluções complementares. Ressaltamos que o pesquisador deverá observar as responsabilidades que lhe são atribuídas na Resolução 466/12 CNS/MS, em relação ao desenvolvimento do projeto.

Brasília, 09 de Agosto de 2017.

Flávia P. D. Faria
Mat. 3006
Coordenadora do CEP
UNIEURO

Flávia Perassa de Faria

Coordenadora

Comitê de Ética em Pesquisa /UNIEURO

ANEXO II – Folha de rosto da submissão para Plataforma Brasil

PlataForma Brasil MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:
O DISTRITO FEDERAL E SUAS POLÍTICAS DE ESPORTE NO CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS.

2. Número de Participantes da Pesquisa: 300

3. Área Temática:

4. Área do Conhecimento:
Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

5. Nome:
João José Vianna

6. CPF:	7. Endereço (Rua, n.º):		
296.475.501-97	SQSW 303 Bloco C 201 SUdoeste SUDOESTE / OCTOGONAL DISTRITO FEDERAL 70763303		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (61) 8114-5750	10. Outro Telefone:	11. Email: ppipoka07@gmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 25 / 07 / 2017

Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

12. Nome:	13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão:
Centro Universitário UNIEURO/DF		Stricto Sensu em Ciência Política

15. Telefone:	16. Outro Telefone:
(61) 3445-5717	

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Responsável: Leidiá de Oliveira Xavier CPF: 572.005.661-72

Cargo/Função: Coordenador do Curso

Data: 25 / 07 / 2017

Assinatura

Profª Drª Leidiá de Oliveira Xavier
Coordenadora do Mestrado
UNIEURO

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica.

ANEXO III – Termo de Concordância da pesquisa com o GDF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer

Ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNIEURO
A/C da Coordenadora Profª Dra Flavia Perassa de Faria

Brasília-DF, 13 de julho de 2017.

Eu RICARDA RAQUEL BARBOSA LIMA, Secretária Adjunta do Esporte e Lazer do DF, venho por meio desta informar que estou ciente e de acordo com a realização, no Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião, da pesquisa intitulada "O Distrito Federal e suas políticas de esporte nos Centros Olímpicos e Paralímpicos", sob a responsabilidade do pesquisador JOÃO JOSÉ VIANNA sob a orientação da Profª Dra. IOLANDA BEZERRA, a ser realizada no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2017.

Os pesquisadores responsáveis declaram estar cientes das normas que envolvem as pesquisas com seres humanos, em especial a Resolução CNS nº 466 e que a parte referente à coleta de dados somente será iniciada após a aprovação da pesquisa por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNIEURO).

RICARDA LIMA
Secretária Adjunta de Esporte e Lazer.

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DF
Ricarda Raquel Barbosa Lima
Secretaria Adjunta do Esporte e Lazer
nº 262.107-X

ANEXO IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

UNIEURO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CEP Comitê de Ética em Pesquisa UNIEURO
(61) 3445-5717 / E-mail: cep@unieuro.com.br
Av. das Nações, Trecho 0, Conjunto 5 - Brasília-DF
CEP: 70.200-001

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

O (a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto: **O DISTRITO FEDERAL E SUAS POLÍTICAS DE ESPORTE NOS CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS** sob responsabilidade do Prof. João José Vianna e alunos .

O objetivo desta pesquisa é: **avaliar as políticas públicas de práticas esportivas do GDF no COP de São Sebastião a partir da expectativa dos usuários**, esta pesquisa justifica-se, pois foi escolhida dada a importância desta relação entre o esporte e a cidadania.

O (a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão (no caso da aplicação de um questionário) que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a).

A sua participação será da seguinte forma: Responderá as perguntas marcando a alternativa que mais se aproxima do seu sentimento a pergunta formulada. O tempo estimado para sua realização: 1 (UM) mês.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Instituição CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Prof. João José Vianna, na instituição UNIEURO telefone: 98114-5750, no horário comercial.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do UNIEURO, número do protocolo CAAE 71751617.9.0000.5056. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos também pelo telefone: (61) 3445-5717.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o voluntário da pesquisa.

_____
Nome / assinatura

_____
Pesquisador Responsável
Nome e assinatura

Brasília, ___ de _____de _____

APÊNDICE I – Questionário de satisfação dos usuários do COPSS

Questionário Pesquisa de satisfação dos usuários do COPSS

1. Idade:
2. Ocupação:
3. Sexo:
4. Grau de escolaridade:
5. Conheceu o espaço do COPSS:
    a. Na escola
    b. Por intermédio de colegas
    c. No centro comunitário
    d. Por intermédio das mídias
6. Frequento o COPSS mais de uma vez por semana.
    a. Concordo fortemente
    b. Concordo
    c. Discordo fortemente
    d. Discordo
    e. Não se aplica
7. Percebo a presença do estado (governo) nas atividades ofertadas no COPSS.
    a. Concordo fortemente
    b. Concordo
    c. Discordo fortemente
    d. Discordo
    e. Não se aplica
8. O COPSS oferece oportunidades para prática esportiva nos finais de semana.
    a. Concordo fortemente
    b. Concordo
    c. Discordo fortemente
    d. Discordo
    e. Não se aplica
9. O espaço é seguro.
    a. Concordo fortemente
    b. Concordo
    c. Discordo fortemente
    d. Discordo
    e. Não se aplica
10. O espaço é limpo.
    a. Concordo fortemente
    b. Concordo
    c. Discordo fortemente
    d. Discordo
    e. Não se aplica
11. Estou satisfeito com as modalidades esportivas ofertadas no COPSS.
    a. Concordo fortemente
    b. Concordo
    c. Discordo fortemente
    d. Discordo
    e. Não se aplica
12. Meus familiares podem frequentar o espaço COPSS.
    a. Concordo fortemente
    b. Concordo
    c. Discordo fortemente
    d. Discordo
    e. Não se aplica